

Diário do Legislativo de 03/04/2007

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - PFL

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 6ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.2 - 7ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.3 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 27/3/2007

Presidência dos Deputados Alberto Pinto Coelho e Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1.151/2003; discursos dos Deputados André Quintão, Adalclever Lopes, Sebastião Helvécio, Agostinho Patrús Filho e Wander Borges; votação secreta; aprovação - Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1.897/2004; requerimento do Deputado Mauri Torres; aprovação; discursos dos Deputados Carlin Moura, Lafayette de Andrada e Padre João; votação secreta; aprovação; prejudicialidade do Substitutivo nº 1; questão de ordem; declarações de voto - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elisa Costa - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia - Zezé Perrella.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Fábio Avelar, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1.151/2003, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 2002. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso IX, do Regimento Interno. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, queria, em nome da Bancada do PT-PCdoB e a pedido da nossa Líder, Deputada Elisa Costa, encaminhar a votação pela aprovação das contas do Governador Itamar Franco referentes ao exercício de 2002.

Após a análise dos pareceres e dos relatórios, entendemos que existem algumas ressalvas, particularmente no tocante à polêmica discussão sobre a aplicação do mínimo constitucional na área de saúde, bandeira histórica de todo o movimento dessa área, fundamental para a consolidação do SUS, além das verbas que têm de ser destinadas à Fapemig. Seriam pontos a serem ressalvados no conjunto das contas.

Esta é a Casa que faz manifestações técnicas e políticas. São manifestações políticas, porque aqui têm assento Deputadas e Deputados. O governo Itamar Franco - apesar de algumas lacunas em determinadas áreas e políticas públicas - cumpriu, no seu conjunto, um importante papel histórico, num momento em que o Brasil passava por uma onda privatizante. Foram muitas as ações empreendidas pelo governo e pelo Governador Itamar Franco, como sua posição contrária à privatização de Furnas, defesa do caráter público da Cemig, valorização do pacto federativo e defesa dos interesses de Minas Gerais e de suas finanças diante do boicote do governo federal naquela época.

Essas e outras ações, como a reativação do Conselho de Segurança Alimentar - Consea - e maior racionalidade na utilização das verbas sociais, ou seja, um conjunto de medidas adotado pelo governo Itamar - além de sua própria conduta pessoal - levariam a Bancada do PT a votar pela aprovação das contas, mas com essas ressalvas que foram identificadas no relatório e nos pareceres técnicos apresentados no processo de análise de contas.

Por entendimento do Regimento Interno, pouco diferenciado, considerávamos a hipótese de apresentação e votação em Plenário de um substitutivo de aprovação das contas com essas ressalvas. Faço questão de dizer que são ressalvas importantes para a área da saúde e para a Fapemig, importante órgão de fomento e amparo à pesquisa no Estado de Minas Gerais. O entendimento da Casa foi o de que, por se tratar de processo de tramitação especial, não comportaria a apresentação desse substitutivo.

Diante dessa alternativa simples, ou seja, aprovação ou rejeição das contas, concluímos que a rejeição das contas poderia não corresponder, no conjunto, aos aspectos ressalvados. A ressalva é importante, mas não poderia comprometer o conjunto das contas. No caso da saúde - cabe essa diferenciação -, a LDO para o ano de 2002, genérica, não especificava exatamente os gastos computados para efeito de cumprimento da emenda de vinculação de recursos na saúde, diferentemente de 2003, em que a LDO previu que o demonstrativo de gastos na área da saúde deveria ser compatível com despesas geradas por órgãos vinculados ao SUS.

Então, há uma diferença do aspecto ressalvado nas contas de 2002, do governo Itamar Franco, e das contas de 2003, do governo Aécio Neves. As contas de 2004 e 2005 padecem do mesmo problema, ou seja, dessa polêmica dos gastos da área da saúde, mas também não há a previsão da LDO. A LDO que vincula gastos com a área da saúde é a LDO vigente para o ano de 2003.

Assim, após a manifestação unânime dos Deputados e Deputadas do Bloco PT-PCdoB, entendemos que isso seria mais correto do ponto de vista técnico, histórico e também em razão dessa limitação regimental de não podermos, em Plenário, apresentar um substitutivo de aprovação com ressalva.

Esta é uma Casa política, por isso não poderíamos, em um julgamento de contas, em razão de uma impossibilidade regimental, manifestar contrariamente às contas de um ex-Presidente da República que teve um importante papel na tão difícil transição da democracia brasileira, após o primeiro "impeachment" pós Ditadura Militar.

No conjunto das contas, não seria politicamente correto com o governo que assumiu a defesa do patrimônio público nacional e estadual votarmos contrariamente em razão dos itens ressalvados. Essa não é a votação ideal, até mesmo para sermos justos com os técnicos que emitiram os pareceres e com a importância do cumprimento da emenda constitucional que vincula recursos para a Fapemig e para a área da saúde.

Diante dessa impossibilidade regimental de votarmos pela aprovação com ressalvas e em razão desse conjunto de análises, a Bancada do PT encaminha pela aprovação das contas do governo Itamar Franco, referentes ao exercício de 2002. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Adalclever Lopes.

O Deputado Adalclever Lopes* - Querido Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, em nome da Bancada do PMDB, gostaria de dizer que o PMDB analisou, criteriosamente, todas as contas do ex-Governador Itamar Franco. Portanto, por unanimidade, o PMDB vota, encaminha e defende a aprovação de todas as contas, pela sua legalidade, retidão e pelo trabalho que fez em prol do governo de Minas Gerais. Muito

obrigado. O PMDB vota favoravelmente às contas do ex-Governador Itamar Franco.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Sebastião Helvécio.

O Deputado Sebastião Helvécio* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, serei bastante rápido. Neste instante, não poderia furtar-me a fazer o encaminhamento desta votação, já que tive o privilégio de ser o relator dessa matéria na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Além do mais, considero importante que cada um dos Srs. Deputados exerçam o direito de Juiz, neste momento de atuação parlamentar. Na verdade, o que vamos fazer, nesta noite, é um julgamento das contas de um Governador. Portanto, por tratar-se de um dos momentos mais importantes desta Casa, gostaria de ressaltar os três itens aqui levantados por outros colegas.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que, sob o ponto de vista legal e constitucional, as contas do Governador Itamar Franco estão absolutamente corretas, em consonância com o que prevê a Constituição de Minas Gerais, em seu art. 158, § 1º. O aludido artigo prevê que o gasto em saúde não pode ser inferior ao gasto em transporte e sistema viário. Isso é o que prevalece, de acordo com a Constituição do Estado de Minas Gerais.

A Emenda nº 29, de 13/9/2000, prevê gastos em saúde escalonados, a partir do ano 2000 até chegar a 2004, mas, por omissão dos senhores e das senhoras constituintes, não foi ali determinado o conceito do que é gasto em ação do SUS. Por essa razão, hoje, em todas as unidades federativas, há um cotejo bastante grande. De um lado, a Resolução nº 322, do Conselho Nacional de Saúde, que faz uma restrição nesse reconhecimento. E, de outro lado, as instruções dos Tribunais de Contas. Aqui, em Minas Gerais, o Tribunal de Contas emitiu a Instrução Normativa nº 11, que relaciona as possibilidades de reconhecer gasto em saúde. Portanto, tanto na Instrução Normativa nº 11 quanto no art. 158, § 1º, as contas do Governador Itamar Franco atendem ao quesito constitucional gastos em saúde. Dessa maneira, não apenas em nome do PDT, pedimos a todos os senhores parlamentares que aprovem as contas do Governador Itamar Franco. Esse é meu encaminhamento.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Agostinho Patrús Filho.

O Deputado Agostinho Patrús Filho - Sr. Presidente, em nome da Bancada do PV, encaminho pela aprovação das contas do ex-Governador Itamar Franco. Assim como o Deputado Sebastião Helvécio, como membro da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, tive a oportunidade de me aprofundar na matéria. Após a análise dos nossos companheiros e da nossa assessoria, encaminhamos a favor da aprovação, sem nenhuma ressalva, das contas do ex-Governador Itamar Franco. Afinal de contas, não podia ser diferente um governo que tinha à frente uma pessoa da honradez do ex-Presidente. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Wander Borges.

O Deputado Wander Borges - Sr. Presidente, ratificando o que dissemos neste Plenário, na semana próxima passada, o PSB encaminha pela votação favorável às contas do ex-Governador Itamar Franco. Ressalvando a questão da Emenda Complementar nº 29, volto a dizer que ela não foi regulamentada. Ela precisa ser regulamentada, para que saibamos, realmente, o que é gasto com saúde, não só para o governo, mas sobretudo para os Municípios e para os coitados dos Prefeitos. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Em votação, o projeto.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Júlio - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elisa Costa - Eros Biondini - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Leite - José Henrique - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Roberto Carvalho - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 47 Deputados. Votaram "não" 5 Deputados. Está aprovado o projeto. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Resolução nº 1.151/2003. À Comissão de Redação.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1.897/2004, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 2003. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso IX, do Regimento Interno. Vem à Mesa requerimento do Deputado Mauri Torres, solicitando a inversão da preferência na votação, de modo que o projeto seja apreciado em 1º lugar. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Carlin Moura.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, Deputadas, Deputados, ouvintes e público que nos assiste pela TV Assembléia, o momento de discussão das contas de um governante neste Plenário é de fundamental importância, porque será feito, neste momento, um julgamento. E, por ser no Plenário desta Casa, tem um conteúdo nitidamente político.

Temos, em mãos, o parecer técnico do Tribunal de Contas da União. No nosso entendimento, as contas deveriam ser aprovadas com ressalva. Em razão do impedimento de contrapor substitutivo, não nos resta alternativa, senão aprovar ou rejeitar as contas.

Devo apresentar três motivos fundamentais pela rejeição das contas, Sr. Presidente.

Muito se discute sobre a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, que determina a aplicação de 8% até 12% de recursos para a saúde.

Há um entendimento inquestionável de que a saúde pública no País está albergada pelo SUS. Não é à toa, Sr. Presidente, que o próprio Conselho Nacional de Saúde, por meio de sua resolução que orienta a aplicação da referida emenda, determina que os recursos destinados à saúde sejam apenas relacionados a despesas decorrentes de atividades pelos órgãos e entidades integradas ao Sistema. Esse é o único entendimento possível da Emenda nº 29. Tanto é verdade que é o conteúdo da resolução do Conselho Nacional de Saúde.

Da mesma forma, Sr. Presidente, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2003, contida na Lei nº 14.371, de 2002, também trouxe essa mesma orientação, ou seja, que as despesas com a saúde, para o cumprimento da Emenda Constitucional nº 29, dizem respeito, exclusivamente, às despesas decorrentes de atividades implementadas pelos órgãos integrados ao SUS.

Vem, então, Sr. Presidente, o primeiro ponto grave da prestação de contas. No exercício de 2003, nos investimentos com a saúde, além do SUS, houve verbas para cobrir dívidas do Ipsemg, do IPSM, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, do IMA, de saúde animal e da Copasa, o que implicou, no que diz respeito ao exercício de 2003, a aplicação de um índice de 6,69%, tendo um déficit de 3,71%. Isso significa que, em 2003, foram quase R\$350.000.000,00 que se deixaram de aplicar no SUS, em Minas Gerais.

Como os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas explicarão para os eleitores essa aplicação, no momento em que Minas Gerais assiste ao fechamento de hospitais no interior, como em Capelinha, Peçanha e Santa Luzia? Como faremos essa explicação, se não se aplicaram R\$350.000.000,00, só no ano de 2003? Como explicaremos para os eleitores que teremos de pagar uma conta da Cemig doando R\$5,00 para reabrir o hospital de Santa Luzia, se o Governador Aécio Neves, em 2003, deixou de aplicar esse montante? Quantos eleitores precisam dar uma contribuição de R\$5,00 na conta da Cemig para manter aberto um hospital de Santa Luzia, por exemplo, se, em 2003, repito, o Governador Aécio Neves deixou de aplicar R\$350.000.000,00?

Não me digam, Deputados e Deputadas, que esse é um problema de interpretação da Emenda Constitucional nº 29. Quero ver explicarem isso para a população, porque, quando o povo pobre e sofrido deste país precisa de saúde, tem que procurar os postos de atendimento do SUS, os hospitais conveniados com o SUS. Nunca vi nenhum doente ir à sede da Copasa ou à Feam pedir uma cirurgia de emergência ou uma tomografia computadorizada. Esses R\$350.000.000,00 deveriam realmente ter sido aplicados na saúde, no Sistema Único de Saúde. No entendimento da Bancada do PT e do PCdoB, essa é uma falta grave, que merece a reprovação do Plenário desta Casa, de cada Deputado e Deputada que tem consideração por aqueles que dependem do SUS. Eu não teria a coragem de fazer um julgamento político e dizer que esse dinheiro não tem que ir para o SUS, mas para a Feam, para o IMA ou para a saúde animal. Essa é a realidade das prestações de contas que precisa se explicitada no Plenário desta Casa, de forma muito clara.

A segunda ressalva, Sr. Presidente, é: como vou explicar para o povo de Minas Gerais, para os nossos eleitores que as prestações de contas de 2002 rasgaram o art. 212 da Constituição mineira, que determina o investimento de 1% da arrecadação para a Fapemig, em repasses duodecimais, ou seja, a cada mês, durante o ano? Ontem, Sr. Presidente, estávamos aqui, assistindo à audiência pública com produtores rurais empobrecidos. Como vamos enriquecer nossos produtores rurais se não há pesquisa científica neste Estado, se não há pesquisas para o melhoramento das sementes, para melhor qualificação dos adubos, para melhor aragem da terra? Precisamos de pesquisa científica, e, aqui, nas prestações de contas do ano de 2003, do Governador Aécio Neves, o recurso da Fapemig foi (- palavra expungida por determinação do Sr. Presidente). Foi feita uma manobra contábil, e esse recurso não chegou àquela gloriosa instituição, que é a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. Nós, Deputados, não podemos ser coniventes com esse tipo de crime contra a pesquisa científica em Minas Gerais. Esse é o segundo motivo para a ressalva e para o pedido de rejeição das contas.

Por fim, Sr. Presidente, o que é mais salutar, numa sociedade democrática, é o respeito pela educação pública. As contas do Sr. Governador Aécio Neves cometem, novamente, um erro grave em relação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef. Por meio dessa prestação de contas, ficou demonstrado que esse Fundo foi colocado no caixa único do Estado, deixando evidente um total descaso com a educação e com o Ensino Fundamental deste país.

Para completar a situação, Sr. Presidente, a prestação de contas também nos demonstra, contraditória ou coincidentemente, que houve um acréscimo de 106% justamente no gasto com as contas de publicidade do Governador do Estado. Qual é a transparência e o choque de gestão que o nosso Governador quer fazer? É um choque de gestão que tira dinheiro da saúde, que tira dinheiro da Fapemig, que não tem transparência com o Fundef e que investe em propaganda? Como nós, desta Casa, fomos conduzidos de forma política pelo eleitor, temos a obrigação de esclarecer ao povo mineiro e aos eleitores de Minas Gerais que essa prestação de contas precisa, no mínimo, ter uma ressalva, sob pena de estarmos referendo um procedimento contábil que traz sérios prejuízos ao povo de Minas. Peço pela rejeição das contas, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Lafayette de Andrada.

O Deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, gostaria de encaminhar a votação no sentido da aprovação integral das contas do Governador Aécio do ano de 2003. As razões apontadas pela Oposição quanto ao possível descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal não procedem por algumas questões que apontarei. Relativamente à questão da saúde, não existe até hoje a regulamentação daquilo que pode ou não pode ser contado como gasto com a saúde. A Emenda nº 29 apenas determina o "quantum" mínimo, mas não fala o que é considerado gasto com a saúde. Saneamento é gasto com a saúde? Não sei, pois a lei não fala. Bolsa-Família é gasto com a saúde? Não sei, pois a lei não fala. O salário dos médicos e enfermeiros é gasto com a saúde? Não sei, pois a lei não fala. Portanto não existem critérios para determinar o que é gasto com a saúde e o que não é, de forma que não há condições de a Oposição alegar que não foi gasto o mínimo com a saúde, uma vez que nem mesmo ela sabe o que é gasto com saúde ou deixa de ser.

É importante frisar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que no ano de 2003, primeiro ano do governo Aécio, ele trabalhou com um orçamento votado e elaborado pelo governo anterior, que saiu. Ele iniciou seu governo com essas amarras. Naquele ano, o governo teve uma arrecadação de R\$18.850.000.000,00 e uma despesa de R\$19.130.000.000,00, ou seja, teve um déficit de R\$102.000.000,00. Ora, déficit significa menos dinheiro para pagar do que foi arrecadado, essa é a grande verdade. Se foi apontado aqui que não houve gasto com isso ou aquilo, isso se deve ao fato de não haver dinheiro. Mas, relativamente ao ano anterior, o déficit diminuiu, e muito, chegando ao ponto de, em 2005, chegar a zero, feito histórico no Brasil - desde a República, todos os Estados, incluindo a União, têm déficit no seu orçamento anual.

Portanto, Sr. Presidente, não podemos aqui encaminhar a votação com ressalvas, precisamos aprovar integralmente as contas do Governador Aécio do ano de 2003, pois foi um ano de transição, um ano em que ele trabalhou com o orçamento elaborado pelo governo anterior, começou a organização do Estado e iniciou o grande choque de gestão para, em 2005, conseguirmos atingir todas as metas necessárias, até mesmo o déficit zero que nenhum Estado da Federação conseguiu.

Sr. Presidente, não vou delongar-me, vou apenas encaminhar a votação pela aprovação integral das contas do Governador Aécio Neves referentes ao ano de 2003. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Padre João.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, quero chamar a atenção de V. Exa. e dos colegas Deputados para o que faremos aqui neste momento. Vejam bem, em abril de 2003, tivemos uma ação direta de inconstitucionalidade do Supremo Tribunal Federal relativamente à situação de Minas Gerais, reconhecendo inconstitucionalidade em não se ter um Ministério Público Especializado no Tribunal de Contas, e o próprio Ministério Público estava exercendo esse papel, o comum. Quando houve essa ação direta de inconstitucionalidade, o próprio Ministério Público retirou-se do Tribunal de Contas. Então o Governador, pasmem, colegas Deputados, enviou ao Tribunal de Contas os Procuradores do governo. Imaginem que essa situação equivale a eu contratar meus próprios assessores para apreciar minhas contas, meus atos.

Gostaria de estar com os nomes - mas, se fosse assim, deveria citar o nome de todos - desses Procuradores enviados pelo Governador para o Tribunal de Contas para exercerem o papel do Ministério Público Especializado.

Um desses Procuradores trabalhou lá por nove meses e, quando caiu a ficha, ele não só se retirou, como também devolveu o dinheiro para os

cofres públicos. Devolveu todo o dinheiro excedente que recebia com o cargo de carreira.

Portanto há uma série de comprovações de que esse ato, frente à Justiça, pode ser nulo. Trata-se de nulidade porque faltam pressupostos legais, no que se refere ao fato de não se ter o Ministério Público Especializado, no Tribunal de Contas. Dessa forma, entramos com um mandado de segurança. Na verdade, essa é uma responsabilidade de V. Exa., como Presidente, e todos nós, como Deputados, estaremos cometendo um erro ao apreciar uma matéria sem pressupostos legais.

Então é um ato ilegítimo, podendo ser declarado por um outro Poder. Colocaremos em dificuldade um outro Poder ao se declarar a nulidade desse ato. Chamo a atenção dos nobres Deputados ao apreciarem esse projeto de resolução e ressalvo o motivo por não ter feito esse comentário em relação ao outro.

De fato a Adin ocorreu em abril de 2003. Assino embaixo ao que já foi destacado pelo nobre camarada, Deputado Carlin Moura, mas destaco a ausência do Ministério Público, frente ao Tribunal de Contas, o que pode garantir a nulidade desse ato. Chamo a atenção de V. Exa. para que tenha consciência da gravidade desse ato. Obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Júlio - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Dimas Fabiano - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elisa Costa - Eros Biondini - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Leite - José Henrique - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Roberto Carvalho - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 41 Deputados. Votaram "não" 11 Deputados. Está aprovado o projeto. Com a aprovação do projeto, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Resolução nº 1.897/2004 na sua forma original. À Comissão de Redação.

Questão de Ordem

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, a primeira coisa que gostaria de solicitar a V. Exa. é a retirada, dos anais da Assembléia Legislativa, da palavra tungou. Senti-me também agredido por ela, porque participei do governo Aécio Neves. O Deputado Carlin Moura, ao encaminhar a votação, disse que o governo "tungou". Isso atingiu a mim pessoalmente também, porque participei e conheço a seriedade do governo Aécio Neves, especialmente no ano de 2003, quando o Governador assumiu o Estado com um déficit de 12%. E todos participamos do esforço do governo - a própria Assembléia Legislativa, os Líderes e os Deputados à época -, para que ele pudesse romper aquele ano.

Então ouvimos, nesta noite, posições indelicadas e palavras que não correspondem à realidade de um governo organizado, com auditorias em todos os setores, e que, ao final, apresentou ao Estado uma melhoria em suas contas. A mim mesmo, como titular de uma Secretaria, foi solicitado pelo Governador um corte de 30%. Trabalhamos com esse corte e com auditoria permanente nas Secretarias.

Presente nesta Assembléia, nesta noite, ouvindo algumas coisas de total irrealidade e desconfiança, passadas à população de Minas Gerais, tenho de lamentá-las e solicitar a retirada dessas palavras dos anais da Assembléia Legislativa de Minas. O Governador Aécio Neves não merece isso. Os votos demonstraram a seriedade do governo e o reconhecimento da população de Minas Gerais.

Um dos nossos Líderes, Deputado Lafayette de Andrada, em seu encaminhamento, mostrou que, depois de alguns anos, o governo conseguiu o déficit zero. Mas enfrentou essas dificuldades.

Lamento, porque não me parece essa ser a melhor maneira de se fazer oposição, o tempo todo colocando as pessoas em situação delicada e fazendo com que a população de Minas Gerais tenha desconfiança. Não é para haver desconfiança. O Tribunal de Contas analisou as contas do Governador Aécio Neves e as aprovou; elas passaram pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembléia Legislativa, o relator aprovou, assim como os demais Deputados, e viemos para o Plenário da Assembléia Legislativa, para a votação.

Quero deixar o meu testemunho pessoal, como participante do governo, especialmente em 2003, ano de dificuldades e de lutas, de que o governo rompeu, com grande apoio desta Casa. É lamentável o que ouvimos nesta noite. Usaram essas palavras e lançaram desconfiança sobre pessoas sérias - pais e mães de família, que dedicaram dias e noites pelo Estado de Minas Gerais -, acusadas levianamente neste Plenário. Lamento que isso tenha ocorrido.

Quero acompanhar depois, com maior cuidado, as notas taquigráficas, lê-las, porque o que pude perceber foi essa palavra deselegante utilizada contra um governo sério. E quero analisar o restante do que foi dito, porque também me ataca pessoalmente. E não vacilarei em utilizar os artigos da Assembléia Legislativa que me dão o direito de solicitar que o que foi dito nesta noite seja provado. Se não for provado, os que usaram essas palavras e lançaram acusação contra um governo sério, que as provem. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - A Presidência, em atenção à questão de ordem suscitada pelo Deputado João Leite, determina, nos termos do VII do art. 83 do Regimento Interno, c/c o inciso II do art. 159 do Regimento Interno, seja expungida da ata desta reunião a referida expressão utilizada pelo Deputado Carlin Moura em seu pronunciamento.

Declarações de Voto

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, gostaria, neste momento, de fazer, na minha declaração de voto, uma reflexão que julgo oportuna pela seriedade que cabe ao Parlamento mineiro, especialmente em momentos como este, em que temos sob a nossa responsabilidade uma das funções mais importantes dos representantes do povo mineiro. Temos a função de representar, legislar e também fiscalizar. Analisar, aprovar ou rejeitar contas é um dos papéis fundamentais de toda Casa Legislativa, mas isso não se dá apenas em alguns segundos ou minutos, quando votamos ou fazemos uma declaração, às vezes, muito mais apaixonada partidariamente que movida pela razão. Isso é um processo sério de análise e investigação de cada detalhe da aplicação do dinheiro público.

Portanto, antes de votar, nesta noite, tive a oportunidade de analisar as contas que votamos. Especialmente com relação às contas que

acabamos de votar, as do Governador Aécio Neves, no ano de 2003, seu parecer foi emitido na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, quando eu ainda era seu Presidente, e ele já tramita, nesta Casa, há um bom tempo, há praticamente mais de um ano. Portanto, todos tiveram tempo de analisá-las, especialmente nós que viemos da legislatura passada, nós que já somos Deputados por mais de um mandato.

Essa análise foi feita por nós e pelo povo mineiro. O Governador Aécio Neves, de fato, enfrentou dificuldades enormes no primeiro ano de mandato, mas isso também não justificaria nenhuma irregularidade em contas. Ocorre que não há irregularidades, e é preciso deixar bem claro que no painel, na votação, vimos uma contradição que mostra a paixão política. Quando aprovamos, há poucos minutos, as contas do último ano do Governador Itamar Franco - e eu também votei pela sua aprovação -, havia o questionamento por parte de alguns de que ele poderia não ter aplicado o percentual mínimo exigido na área da saúde. É uma questão de como analisar essas contas. O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais entendeu que aplicou sim, e também a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária entendeu que aplicou sim, de acordo com o que a legislação atual preconiza.

Quando analisamos as contas do Governador Aécio Neves, também o Tribunal de Contas entendeu que ele aplicou, na área da saúde, o percentual exigido pela Constituição. Assim também entendeu a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e seu relator. Ocorre, Presidente, que o Governador Aécio Neves aplicou mais que o Governador Itamar Franco, mas, curiosamente, alguns elementos da Oposição votaram a favor das contas de Itamar Franco, não tiveram um discurso ferrenho, agressivo e até indecoroso, como alertou o Deputado João Leite. Na hora de analisar as contas do Governador Aécio Neves, usam, aliás, palavras indecorosas. Isso realmente mostra a falta do equilíbrio, do bom senso e até mesmo do respeito.

Portanto, é bom que fique claro: não votamos por uma questão partidária nem por paixão, mas com seriedade e responsabilidade. Essas são contas exemplares de quem encontrou um Estado endividado e conseguiu, com seriedade e responsabilidade, tirar este Estado dessa condição de praticamente uma falência, para torná-lo um Estado capaz de investir em saúde pública e de fazer parceria com os Municípios, apresentando contas absolutamente corretas, transparentes, que, com certeza, mereceram não apenas o meu voto favorável, mas o da grande maioria de Deputados desta Casa.

Registro não apenas o nosso apoio, mas também a nossa surpresa com esse comportamento inadequado, principalmente na utilização de palavras que não correspondem ao decoro desta Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Délio Malheiros - Sr. Presidente, nós, do PV, que integramos a jovem Bancada desta Casa, tivemos o cuidado de votar de forma a aprovar as contas do Governador Aécio Neves e as contas do Governador Itamar Franco.

A Bancada do PV tem sido uníssona quando as questões éticas são colocadas diante do processo legislativo, diante deste Plenário. Constatamos que a Comissão de Fiscalização Financeira desta Casa aprovou as contas e que os Governadores - Aécio Neves e Itamar Franco - aplicaram corretamente os recursos públicos. Então, que outro caminho caberia à Bancada do PV trilhar, a não ser cancelar essas contas, que tiveram o aval da Comissão de Fiscalização Financeira e do Tribunal de Contas de Minas Gerais?

A mesma Bancada que às vezes vota contra as contas dos Governadores Aécio Neves e Itamar Franco precisa voltar seus olhos para a cidade de Belo Horizonte, onde a situação da saúde está uma verdadeira tragédia. A leishmaniose está se alastrando por todos os quadrantes da cidade. O mesmo ocorre com a dengue, que está contaminando os moradores da nossa Capital. As pessoas que freqüentam os postos de saúde de Belo Horizonte são vítimas do descaso para com a saúde pública. Quando alardeiam que estão sendo investidos na saúde pública...

O Sr. Presidente - Deputado Délio Malheiros, a Presidência, nos termos do inciso III do art. 83 do Regimento Interno, solicita a V. Exa. que se atenha ao tema em discussão.

O Deputado Délio Malheiros - Sim, Sr. Presidente. Voltando à situação da área da saúde, o Estado de Minas Gerais aplicou muitos recursos no centro de especialidades médicas. É o dono daquele prédio, avaliado em mais de R\$35.000.000,00. A Prefeitura aplicará menos de R\$16.000.000,00. Estamos falando das contas, do dinheiro que foi aplicado em obras na cidade de Belo Horizonte. É um contra-senso o fato de votar contra as contas do governo do Estado - que investiu mais de R\$140.000.000,00 no Pró-Hosp, nos hospitais do Estado, e parte desses hospitais está em Belo Horizonte -, simplesmente para protestar contra um governo que tem 80% de aprovação do povo.

Queremos entender que um voto de aprovação das contas do governo do Estado é exatamente para dar-lhe uma espécie de incentivo, para que continue investindo na saúde pública e não faça como se faz em Belo Horizonte: descaso total para com a saúde pública. Muito obrigado.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, o Deputado Líder da Maioria quer patrulhar o voto da Oposição. Ficou chateado porque a Oposição votou a favor das contas do Governador Itamar Franco, que apoiou o atual Governador Aécio Neves em sua eleição e reeleição.

Venho aqui para reiterar, nesta declaração de voto, a posição cristalina da Bancada do PT-PCdoB. A LDO para o ano de 2003 previa, de maneira nítida, que, no demonstrativo de gastos, para efeito de cumprimento da Emenda à Constituição nº 29, deveriam constar despesas decorrentes de órgãos do SUS, ou seja, independentemente da regulamentação da Emenda à Constituição nº 29 para o ano de 2003, havia a previsão na LDO.

Diferentemente do ano de 2002, em que o governo Itamar Franco também não seguiu essa aplicação mínima. Em 2004 e em 2005, da mesma forma. Então, os anos de 2002, 2004 e 2005 comportaram a polêmica do que consta ou não consta como despesa de saúde.

Em relação ao ano de 2003, a LDO foi clara. O argumento é muito nítido, e o Deputado Padre João levanta um outro argumento de natureza, mesmo legal, em relação à presença do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

A nossa posição é muito clara, por isso gostaria de reiterar que votamos, sim, a favor das contas do governo Itamar Franco, até porque o nosso substitutivo de aprovação com ressalva, regimentalmente, não foi aceito por um entendimento da assessoria técnica da Casa. Não vejo nenhum problema nisso.

Da mesma maneira, em relação às contas de 2004 e 2005, do Governador Aécio Neves, existem ressalvas no que tange à Fapemig e à aplicação em saúde. Portanto, no que diz respeito a essas contas, o nosso voto será pela aprovação com ressalva, até porque não havia previsão na LDO, nem mesmo regulamentação.

Não vejo motivo para tanta celeuma diante desse fato, até porque o voto é livre. Censurar o voto da Oposição neste ou naquele projeto não vem ao caso. No entanto, para os telespectadores e para o público da TV Assembléia, achamos conveniente, nesta declaração de voto, deixar claro que as situações são distintas. Dessa forma, para 2002, não havia, na LDO, previsão específica de gastos decorrentes de despesas com órgãos do SUS; e, em 2003, havia.

Em 2003, a intenção era aprovar com ressalva, e isso foi manifestado para o Líder de Governo, Deputado Mauri Torres. Apresentamos um substitutivo de aprovação com ressalva, que não foi aceito. Aí, de fato, com a previsão tão nítida na LDO, não caberia outra posição da Bancada do PT. E mais, não foram só as Bancadas do PT e do PCdoB que votaram dessa forma, porque o número de votos contrários às contas do Governador foi muito superior ao número de Deputados do PT e do PCdoB, em Plenário. Então, parece-me que a base de governo não concordou muito com as contas do Governador. Aliás, o Líder da Maioria deveria preocupar-se mais com a base de governo do que com a Oposição, porque houve defecção na base de governo, nessa votação.

Por fim, Sr. Presidente, sei que V. Exa. é um regimentalista, mas o nobre Deputado que me antecedeu parece que está contra a opinião pública de Belo Horizonte, porque a mesma pesquisa que avaliou bem o Governador Aécio Neves também avaliou muito bem o Prefeito Fernando Pimentel. Parece que a pesquisa só vale para o Governador, e, para o Prefeito, não. Então, aquele perfil aguerrido do Deputado que me antecedeu ficou esquecido, quando ele se tornou base de governo.

A população de Belo Horizonte discorda do Deputado que me antecedeu, apesar de este Deputado respeitá-lo muito, por ser um excelente Deputado. Repito: a população tem aprovado amplamente o governo do Prefeito Fernando Pimentel.

O Sr. Presidente - A Presidência chama a atenção do Deputado André Quintão, porque, ao final, V. Exa. também se desviou do tema objeto da declaração de voto. Fica registrada a nossa cobrança regimental.

O Deputado Carlos Mosconi - Sr. Presidente, acompanhei, com muita atenção, os encaminhamentos feitos para a votação de matéria tão importante. No entanto, me surpreendi com algumas intervenções feitas, e a maioria delas disse respeito à área da saúde.

Sabemos que o governo Aécio, naturalmente, herdou o Orçamento de seu antecessor, o Governador Itamar Franco, com um déficit da ordem de 12%. Não nos podemos esquecer disso, para analisar o primeiro ano do Governador Aécio Neves. Sr. Presidente, analisando o primeiro ano e os anos subsequentes, naturalmente vamos valorizar muito o governo Aécio Neves, que zerou o déficit, trazendo benefícios para a população de Minas Gerais, em todas as áreas. Sei que trouxe benefícios, mesmo com as dificuldades do país em que vivemos.

Sr. Presidente, em relação à saúde, o Deputado Carlin Moura disse que os hospitais de Minas Gerais estão fechando. Há poucos dias, uma reportagem noticiou que faltam medicamentos aqui e ali, assim como faltam exames para a população de Minas. De quem é a responsabilidade da regulamentação da Emenda nº 29? Essa é a questão fundamental. O governo de Minas não tem capacidade, não tem força nem poder para fazer essa regulamentação. Estamos criticando a falta de regulamentação da Emenda nº 29, mas temos de saber que não é da competência do governo do Estado fazer essa regulamentação. Quando criticamos a saúde em Minas Gerais, temos de entender que os hospitais em Minas Gerais, assim como os hospitais no Brasil inteiro, vivem da tabela do SUS. Eles não têm orçamento, trabalham por procedimento. Não vai parcela do Orçamento do Estado de Minas Gerais para o Hospital Santa Luzia; vai para o Hospital Santa Luzia o que ele produz. E o que ele recebe? O que reza a tabela do SUS, que não é reajustada há muitos anos. Temos de fazer essa crítica. A quem cabe reajustar a tabela do SUS? Ao governo federal, que não o faz. Esse é o problema. É bom analisarmos. Precisamos saber dessas coisas, senão a crítica não fica procedente e perde o seu valor. Como podemos criticar as questões de saúde no nosso país quando, no ano de 2007, o Orçamento da União sofreu um corte de 15% para os recursos da saúde? Ora, quando não temos reajuste da tabela do SUS, quando não temos reformulação das questões de saúde no País, quando temos um corte de 15%, como vamos melhorar a saúde no País? A quantia de R\$5.800.000.000,00 é muito dinheiro. Faço essas observações porque acho que podem ajudar na avaliação que fazemos, até na questão orçamentária do governo Aécio Neves, que, nessa questão, sem dúvida alguma, é prejudicado pelos cortes e pela falta de reajuste. Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, tenho acompanhado, com muito interesse, o andamento, a discussão e a conseqüente votação das contas do nosso Governador Aécio Neves. Não vou entrar no mérito da questão, mas gostaria de me solidarizar com o Deputado João Leite.

Sr. Presidente, fizemos uma retrospectiva do governo Aécio Neves, cujas contas estamos votando hoje. E a sua votação, acima de tudo, é o reconhecimento maior do que o Governador tem feito por Minas e pelo Brasil. A governabilidade de Minas, hoje, é exemplo para o País. Minas Gerais tem sido palco para recepcionar Governadores e Governadoras, a fim de expor como administrar a coisa pública. O choque de gestão levou o Governador, com seu espírito vigoroso e determinado, não somente a um empreendimento maior, que é governar Minas, mas também a saber prestar contas, em primeiro lugar, a seu povo, ao Tribunal e, particularmente, à Assembléia Legislativa, que hoje aprova suas contas.

É muito importante, não obstante o aspecto de prestação de contas, voltarmos os olhos para o passado. Vamos voltar no tempo quatro anos e buscar desde o primeiro momento em que o nosso Governador iniciou sua caminhada, que, sem dúvida alguma, tem sido o exemplo de Minas para o Brasil.

O Deputado Mosconi fez uma brilhante consideração sobre a Emenda nº 29, dizendo que não se trata de competência nossa, mas do governo federal, que não a cumpre. Sabemos das dificuldades por que o governo tem passado, mas ele tem honrado seus compromissos. Quero dizer a V. Exa. da minha satisfação em votar com consciência e, acima de tudo, de honrar as contas do Governador Aécio Neves, bem como as do ex-Governador Itamar Franco. Faço esse registro para que não pare nenhuma dúvida quanto à sua aplicabilidade, ao que falta na área da saúde e a outros recursos que ainda não foram condicionados e aplicados, como bem disse o Deputado Mosconi.

Presidente Doutor Viana, conseqüentemente, o retrato maior dos jornais de hoje é o exemplo de Minas, por sua governabilidade e, principalmente, pelo espírito maior do seu grande administrador. Esse é o sentimento da população mineira e do Brasil. Faço esse registro, ratificando as manifestações feitas pelos ilustres parlamentares. Sem dúvida alguma, temos gosto de votar as suas contas, da forma como foram propostas e apresentadas nesta noite. Muito obrigado.

O Deputado Gil Pereira - Quero dizer que, com todas as dificuldades de entrosamento entre o governo federal e o estadual, o ex-Governador e ex-Presidente Itamar Franco sempre cumpriu o seu compromisso em relação à saúde. O Deputado Carlos Mosconi, como os Deputados João Leite e Dalmo, disse muito bem que, por falta de recursos, não fez mais. E esses recursos vêm do governo federal. Realmente, a Emenda nº 29 ainda não foi deliberada, fazendo falta não apenas a Minas, mas ao Brasil. Mas todos conhecem a honestidade do ex-Governador e ex-Presidente Itamar Franco, que sempre conduziu muito bem os destinos de Minas e do País. Por meio da votação, esta Casa dá resposta, à altura, ao povo mineiro.

Da mesma forma, ocorre com o nosso jovem Governador Aécio Neves. As pesquisas do Data Folha mostram que mais de 70% da população mineira considera o seu governo ótimo e bom. Se considerarmos positivo o regular, o nosso Governador terá mais de 90% de aprovação. Isso realmente é um orgulho para todos os mineiros. A gestão do nosso colega Deputado Pestana tem sido impecável, bem como a do nosso Secretário Marcelo. O governo de Minas Gerais tem sido exemplo para o Brasil e para o resto do mundo. É referência da ONU. Temos, portanto, de aplaudi-lo. O povo de Minas Gerais orgulha-se do seu Governador. E, em pouco tempo, se Deus quiser, o Brasil também se orgulhará do trabalho do Governador Aécio Neves.

Quero registrar o nosso voto favorável ao Governador Itamar Franco - homem probo, conhecido pelos brasileiros por sua seriedade e honradez, realmente emblemático em nosso país - e, da mesma forma, ao nosso Governador Aécio Neves, que faz história em Minas e no Brasil. Muito obrigado.

Quero registrar o nosso voto favorável ao nosso Governador Itamar Franco, homem probo, que o Brasil todo conhece pela seriedade e pela honradez, que é realmente emblemática em nosso País, e ao nosso grande Governador Aécio Neves, que faz história em Minas Gerais e no Brasil.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, quero dizer que votei favoravelmente às contas, pela convicção e por ter participado, como Secretário Adjunto de Saúde do governo.

No que tange à Emenda nº 29, todos sabemos, é de conhecimento inclusive dos juristas do Brasil todo, que ela é genérica. Tornou-se quase inócua. Foi apenas um recurso que se buscou depois que Adib Jatene peregrinou no Congresso, de pires na mão, e o convenceu a votar a CPMF. Infelizmente, essa contribuição não é destinada à saúde pelo governo Lula.

No Estado de Minas Gerais, a partir do dia 1º de janeiro, quando o Governador Aécio Neves tomou posse, ele tinha um programa de governo. Primeiramente, teve a coragem de colocar a Constituição na Mesa. Não vimos nos governos de Minas Gerais alguém mais audacioso do que o Governador jovem, com compromisso com a campanha que pregou. Começou, então, uma marcha para que, de fato, exista o Estado Democrático de Direito. Então, a nossa Constituição começou a ser cumprida. Mirou-se na nossa Constituição, que é a promessa de vida. Ele teve todo um plano traçado, por meio de seus programas estruturadores em todas as secretarias. De forma pedagógica, mostrou não só aos seus auxiliares, mas também ao Parlamento mineiro, que lhe deu, inusitadamente, uma lei delegada, para fazer as reformas necessárias para esse povo, o que é bem administrar.

É muita coragem cumprir o que está escrito na Constituição com relação à saúde. Houve uma verdadeira revolução nessa área, porque estabeleceu as prioridades. Instituiu, num primeiro momento, o transporte sanitário em toda a Minas Gerais. A maioria dos Municípios mineiros não tinha nem sequer uma ambulância para servir de transporte, para atender o SOS, para salvar a vida das pessoas que moram mais distante, levando-as para um centro maior. Sou testemunha de que o Governador destinou uma soma vultosa de recursos, comprando mais de mil ambulâncias para, primeiramente, transportar os pacientes para os locais distantes. Minas Gerais tem sete regiões totalmente diferentes, pois não há distribuição homogênea. O projeto do Governador foi calculado por pessoas que se dedicam à saúde, fizeram um planejamento na Secretaria, num laboratório sociológico, diminuindo, assim, a distância para esses pacientes. Enfim, ele criou o primeiro programa de transporte sanitário.

Após esse projeto, ele criou o Programa Viva Vida, que sintetiza a busca da eugenia, que é o bem-nascido, fazendo com que o mineiro nasça hígido. V. Exa., Sr. Presidente, sabe disso. Ele cuidou disso. Como? Na prevenção, desde a concepção até o nascimento. Na prevenção de doenças, cuidando da grávida, transportando-a no momento certo. Criou tudo isso, inclusive uma rede de maternidades compatíveis com a medicina de Primeiro Mundo nas cidades-pólo. Sou testemunha porque, em Patos de Minas, por exemplo, temos um CTI neonatal, para onde são encaminhadas crianças dos mais diversos lugares, não apenas do Alto Paranaíba. Há uma reciprocidade entre essas maternidades de alto risco, onde temos um CTI neonatal, que vai do 1º ao 30º dia de vida, podendo a criança, às vezes, ficar até mais. Nessa maternidade, muitas vezes a criança nasce melhor que em uma maternidade particular porque há um pediatra disponível, além de toda uma tecnologia montada. Conseguimos fazer sobreviver criança de até 500gr e, quando vemos essa criança completar um ano de vida, temos a enorme alegria de vê-la bem nascida. Isso foi implantado em hospital público.

Hoje, em Minas Gerais, a mãe pobre dá à luz e recebe todos os cuidados de uma paciente que dá à luz em um hospital particular de alto luxo. Pelo menos lá em Patos isso acontece. E não é apenas lá, isso acontece em todas as macrorregiões de Minas Gerais. O governo estabeleceu um mapa das macrorregiões, com um sistema de referência e contra-referência, e das microrregiões. Está tudo caminhando. Estamos construindo uma saúde melhor para o povo de Minas Gerais.

Em terceiro lugar vem o PSF. O PSF tem dinheiro federal. Vou sintetizar, meu caro Presidente. O governo coloca dinheiro no PSF. Coloca de R\$1.000,00 a R\$2.000,00 por equipe. Fora o dinheiro federal, Minas Gerais coloca esse dinheiro. Enfim, na saúde, existem as emergências, as urgências, etc., em que o governo colocou uma quantia vultosa, fazendo com que a saúde de Minas Gerais seja, hoje, um exemplo para os outros Estados. Queria falar muito mais porque existem muitas prioridades, mas, como não tenho tempo, sintetizo com o seguinte: estabeleceu o choque de gestão e, a partir daí, conseguimos o déficit zero. É lógico que existe aí toda uma sistemática, mas gostaria de dizer que as contas do Governador Aécio Neves espelham realmente a atividade de um Governador que se dedica diuturnamente, com sua equipe, ao Estado e a fazer com que tenhamos o melhor lugar para se viver. Por isso votamos favoravelmente às suas contas.

O Deputado Wander Borges - Sr. Presidente e demais Deputados, depois do breve tributo de Hely Tarquínio à eugenia, quero ser extremamente simplório e fazer aqui uma pequena avaliação. Acho que, no calor da discussão, estão trazendo para esta Casa um debate que não é próprio do Parlamento mineiro. As relações institucionais, as relações do dia-a-dia e as relações de fraternidade e amizade, em que pesem às ideologias e aos diferentes caminhos que levamos na construção da nossa caminhada política, não podem trazer para esta Casa embates que possam ferir de morte nossos companheiros. Havemos de nos respeitar uns aos outros para que possamos estar aptos, ao chegar aqui, a votar com serenidade. Devemos deixar que as disputas e os embates políticos que virão para o próximo ano e para outros, sejam colocados nas ruas, nos nossos redutos eleitorais.

Quero também mencionar um pequeno exemplo dessa questão do déficit de 12%. Se resumirmos, teremos o seguinte: se pegarmos um sujeito que ganha R\$360,00 por mês, e multiplicarmos 13 salários, teremos R\$4.680,00 por ano. Se ele entra devendo 12%, no dia 1º de janeiro, quando começa o ano, já deve algo em torno de R\$500,00. O que precisa fazer para cumprir institucionalmente sua conta de água, luz, telefone ou seu plano de saúde? Precisar fazer hora-extra, e foi isso que o governo de Minas fez para equilibrar suas contas.

Ressalto também que a LDO - e lembro que ela foi votada nesta Casa, em que pese a que um governo a colocou, e outro não, como parâmetro de direcionamento - não serve de balizador, pois a lei maior é a Emenda Complementar nº 29, que não está sendo regulamentada - ressalto - por falta de vontade política da esfera federal, pois, quando o for, não se poderá falar se módulo sanitário, esgoto, banheiro ou transferência de recurso para a Santa Casa entra ou não nos 12% da saúde. Portanto, é necessário regulamentar a Emenda nº 29 e, como falou o Deputado Hely Tarquínio, é inócua essa discussão. O importante é estarmos aqui para fazer todas essas discussões.

Sr. Presidente, quero dar um abraço no Deputado Federal Leonardo Matos que nos visita. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as reuniões extraordinárias de amanhã, dia 28, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, bem como para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 42/2007; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 43/2007; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 260/2007; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr. - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gláucia Brandão - Hely Tarquínio - Inácio Franco - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmolo Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Helvécio - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia - Zezé Perrella.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- A Deputada Ana Maria Resende, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da presente reunião os Projetos de Resolução nºs 1.151/2003 e 1.897/2004, apreciados na reunião extraordinária realizada ontem, à noite.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que os Projetos de Resolução nºs 2.702/2005 e 3.815/2006 sejam apreciados em último lugar, nessa ordem. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 42/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Curvelo o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 43/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Varjão de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 260/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Pará o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 260/2007 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Questão de Ordem

O Deputado Wander Borges - Sr. Presidente, como não há quórum, solicito, de plano, o encerramento da reunião.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Antônio Júlio (substituindo este ao Deputado Luiz Tadeu Leite, por indicação da Liderança do PMDB) e Fábio Avelar (substituindo o Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do BSC), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fábio Avelar, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. José Mário Ferreira dos Santos, sentenciado da Penitenciária Prof. Jason Soares Albergaria, de São Joaquim de Bicas, em que encaminha documentos, solicitando a esta Comissão sejam tomadas as providências para coibir atos abusivos que vêm sendo cometidos por essa administração penitenciária; Desembargador Gercino José da Silva Filho, Ouvidor Agrário Nacional e Presidente da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, encaminhando a esta Comissão cópia da ata da reunião realizada nesta Capital, no Gabinete do Chefe de Polícia Civil Adjunto, em 19/3/2007; e da Sra. Márcia Catarina, Presidente do Centro de Referência da Cultura Negra - Cerne -, convidando a Comissão para participar do I Encontro Regional de Comunidades Quilombolas da Zona da Mata e Vertentes, que será realizado nos dias 23, 24 e 25/3/2007, em Juiz de Fora. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 126/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Carlin Moura, em que solicita realização de visita às dependências do 5º Distrito Policial da 6ª Delegacia Seccional da Polícia Civil, localizada no Bairro Retiro, em Contagem, para averiguação das condições de recolhimento e de saúde das mulheres lá detidas; e Antônio Júlio, em que solicita realização de audiência pública, com os convidados que menciona, para dar prosseguimento à apuração de denúncias de negligência ligada à ocorrência de óbitos na Irmandade do Hospital da Santa Casa de Poços de Caldas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de março de 2007.

Durval Ângelo, Presidente - Luiz Tadeu Leite - Carlos Mosconi - Ruy Muniz.

ATA DA 2ª REUNIÃO Especial da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 26/3/2007

Às 13h7min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Vanderlei Jangrossi, Padre João, Antônio Carlos Arantes, Chico Uejo e Getúlio Neiva, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, as Deputadas Ana Maria Resende e Maria Lúcia Mendonça e os Deputados Sebastião Costa, Dalmo Ribeiro Silva, Domingos Sávio, Gustavo Valadares, Luiz Humberto Carneiro, Gustavo Corrêa, Agostinho Patrús Filho, Carlos Mosconi, Deiró Marra e Lafayette de Andrada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Jangrossi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Chico Uejo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debate público sobre o tema: "Perda de renda do produtor rural na atual fase de crescimento do agronegócio mineiro e brasileiro". A seguir, interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Gilman Viana Rodrigues, Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Carlos Melles, Deputado Federal; Roberto Simões, Presidente da Faemg; Alysson Paulinelli, ex-Ministro da Agricultura e Consultor; Ronaldo Ernesto Scucato, Presidente da Ocemg; Hudson Lídio Navarro, Vice-Presidente da Federaminas; Carlos Henrique Moreira Carvalho, ex-Presidente da Cooperativa de Santa Rita do Sapucaí - Cooperrita - e representante de cooperativas, sindicatos e produtores rurais da região; João Roberto Puliti, Diretor da Faemg; e Roberval Andrade, Diretor da Emater-MG, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Antônio Carlos Arantes, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. É recebido requerimento do Deputado Domingos Sávio, em que solicita seja encaminhada às autoridades que menciona proposta de criação de movimento nacional de defesa do setor agropecuário denominado Ordem e Progresso com Dignidade no Campo, com as características que relaciona.

Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de março de 2007.

Vanderlei Jangrossi, Presidente - Padre João - Getúlio Neiva - Antônio Carlos Arantes.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia DA 23ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, EM 3/4/2007

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.702/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 2004. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.815/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 2005. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 260/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Pará o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão de Segurança Pública Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 8h45min do dia 3/4/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 208/2007, do Deputado Dimas Fabiano; 216 e 217/2007, do Deputado Ruy Muniz; e 242/2007, dos Deputados Doutor Rinaldo, Domingos Sávio e Neider Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10h15min do dia 3/4/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Resolução nº 361/2007, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial; Projetos de Lei nºs 122/2007, do Deputado Ivair Nogueira, 89 e 91/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., 112/2007, do Deputado Sávio Souza Cruz, 120/2007, do Deputado André Quintão, 160 e 174/2007, do Deputado Gustavo Valadares, 185, 196, 203, 207, 212, 214, 215, 217, 220, 225, 226 e 233/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., 239, 241 e 243/2007, do Deputado Carlos Pimenta, 264 e 265/2007, do Deputado Padre João, 267, 270 e 272/2007, do Deputado João Leite, 284 e 286/2007, do Deputado Doutor Viana, 288, 291, 296, 297 e 302/2007, do Deputado Carlos Pimenta, 320/2007, do Deputado Domingos Sávio, 322, 327 e 329/2007, do Deputado Zé Maia, 374, 378 e 380/2007, do Deputado Paulo Cesar, 383 e 386/2007, do Deputado Sebastião Helvécio, 450/2007, do Deputado José Henrique, 454 e 455/2007, da Deputada Ana Maria Resende, e 483/2007, do Deputado Leonardo Moreira.

Em turno único: Projetos de Lei nºs 262/2007, do Deputado Padre João, 362/2007, do Deputado Arlen Santiago, e 382/2007, do Deputado Sebastião Helvécio.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 128/2007, do Deputado Sargento Rodrigues, 179/2007, do Deputado Gustavo Valadares, 240/2007, do Deputado Carlos Pimenta, 306/2007, do Governador do Estado, 312 e 316/2007, do Deputado Domingos Sávio, 341/2007, do Deputado Arlen Santiago, 343/2007, do Deputado Doutor Viana, 355/2007, do Deputado Durval Ângelo, 364/2007, do Deputado Arlen Santiago, 377/2007, do Deputado Paulo Cesar, 395/2007, do Deputado Antônio Júlio, 401/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, e 403, 406 e 407/2007, do Deputado Sebastião Helvécio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 3/4/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 65/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 201 e 202/2007, do Deputado Dimas Fabiano; 214/2007, do Deputado Doutor Viana; 232, 233/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 251/2007, da Comissão de Direitos Humanos; 261/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 264/2007, do Deputado Djalma Diniz; 265 e 266/2007, do Deputado Domingos Sávio.

Finalidade: discutir a situação dos trechos de rodovias federais que interligam o Circuito das Águas, no Sul de Minas, especialmente a Br- 460, e as ações necessárias a sua recuperação.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão de Cultura Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 3/4/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 156/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Requerimentos nºs 211/2007, do Deputado Doutor Viana; 229, 230 e 231/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 235/2007, do Deputado Doutor Viana; 256/2007, do Deputado André Quintão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 3/4/2007, destinada a leitura e aprovação da ata da reunião anterior e, 1ª Fase, a apreciação de pareceres e requerimentos; 2ª Fase, a apreciação dos Projetos de Resolução nºs 2.702/2005, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 2004, e 3.815/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 2005, e do Projeto de Lei nº 260/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Gonçalo do Pará o imóvel que especifica; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 2 de abril de 2007.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Redação

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Agostinho Patrús Filho, Gilberto Abramo e Vanderlei Jangrossi, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 3/4/2007, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e de votar pareceres em fase de redação final e de discutir e de votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 2 de abril de 2007.

Lafayette de Andrada, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 27/3/2007

O Deputado Célio Moreira - Sras. e Srs. Deputados, telespectadores que nos acompanham pela TV Assembléia, funcionários da Casa, Exmos. Defensores Públicos e demais convidados presentes.

Sr. Presidente, inscrevi-me hoje para falar um pouco das dificuldades por que passa a Defensoria Pública do Estado. Acompanho o trabalho dos Defensores Públicos, sobre o qual, desta tribuna, pretendo fazer algumas considerações.

É inquestionável o peso social e a relevância do trabalho desenvolvido pelos Defensores Públicos neste Estado. É, sem dúvida, a Defensoria Pública a mão que se estende aos mais carentes, na luta por justiça. Entretanto, nossos Defensores Públicos, há mais de um mês, estão em greve, já que a paralisação se afigura como a arma mais poderosa, quando a argumentação não encontra respaldo, respostas. Estou certo de que a greve também contraria os princípios da categoria, sua ética, mas tornou-se imperativa diante do quadro de dificuldades por que passam os Defensores Públicos do Estado.

Estou certo também de que o Governador é sensível às gestões formuladas pelo sindicato da categoria e de que, se o Estado ainda não atendeu às reivindicações desses profissionais, pondo fim à devastadora greve, é porque enfrenta dificuldades de ordem orçamentária.

Embora reconhecendo as limitações do governo, como Deputado deste Estado não me posso furtar à responsabilidade de trazer a questão ao Plenário desta Casa. Aqui estou não apenas em reconhecimento ao importante trabalho social desenvolvido pelos Defensores, não apenas em solidariedade a sua luta, mas movido pela preocupação com o grande universo de pessoas carentes que hoje batem à porta da Defensoria Pública, e não têm atendimento.

São os Defensores Públicos de inegável importância no que tange à garantia constitucional do acesso à Justiça. O inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal dispõe que o Estado deverá prestar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, e o Estado cumpre esse disposto por meio da Defensoria Pública.

No entanto, historicamente a Defensoria Pública tem-se confrontado com dificuldades que inviabilizam seu bom desempenho. Um desses problemas é a insuficiência de profissionais em seus quadros para atender à demanda, o que gera uma sobrecarga de trabalho para os poucos que compõem o corpo da Defensoria Pública.

Também historicamente, e infelizmente, a importância do Defensor Público não é devidamente reconhecida no que se refere à remuneração. Saibam, senhoras e senhores, que em Minas a remuneração de um Defensor Público é cinco vezes menor que a de um Promotor de Justiça. Enquanto o subsídio inicial deste é de R\$18.957,65, a remuneração de um Defensor, em início de carreira, é de apenas R\$4.000,00, valor este que, ao atingir o teto máximo, perfaz o total bruto de R\$4.928,40.

Sejamos sensíveis, portanto, à justa paralisação dos Defensores Públicos, e mais do que isto, unamo-nos a eles na sua justa reivindicação salarial. Não é possível a aceitação desta disparidade de proventos, que é injusta e mesmo discriminatória.

No art. 134, a Constituição Federal reconhece a relevância da Defensoria Pública ao classificá-la como instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados. A falta de valorização dessa categoria tem tido desdobramentos preocupantes. Um deles é o esvaziamento do quadro da Defensoria Pública. Desestimulados pelos salários e pela alta demanda de trabalho, a cada ano, muitos desses profissionais, por meio de concurso público, migram para atividades mais atraentes em termos de salários ou buscam melhoria salarial na iniciativa privada. Vamos condená-los? Não.

Um dado assustador me foi passado pela Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais - ADEP -: dos 167 Defensores Públicos nomeados em 2005, apenas 100 permanecem na carreira. Sem dúvida, senhoras e senhores, é a população pobre, carente a vítima potencial desse caos instalado na nossa Defensoria Pública, com o gradual esvaziamento dos seus quadros. Além de se submeterem a quilométricas filas, muitos dos que buscaram ajuda na Defensoria nos últimos anos não conseguiram sequer atendimento, pois o reduzido grupo de profissionais é insuficiente para atender à demanda existente.

Valorizar a Defensoria Pública e incentivar o ingresso de profissionais na carreira é necessário e urgente. E, para tanto, é essencial que se promova a auto-estima dos nossos Defensores Públicos, restaurando-lhes a dignidade salarial e as condições essenciais para que desempenhem a função com dedicação e respeito à função que lhe é confiada. Diante do quadro preocupante que se nos afigura, penso não ser mais o momento de o Executivo e os Defensores Públicos continuarem medindo forças. "E, sim, o momento oportuno para chegarem a um acordo, para que seja assegurado o acesso à Justiça aos mais carentes o mais rápido possível.

E a Defensoria Pública só desempenhará o seu papel a contento se seus profissionais tiverem uma remuneração justa, compatível e honrosa. Por isso apelo ao nosso Governador que tente chegar a bom termo com essa categoria, tão necessária e tão sacrificada. Quero aproveitar a oportunidade para parabenizar a Defensoria Pública de Minas Gerais pelas importantes conquistas alcançadas nos últimos anos. Refiro-me às Emendas à Constituição nºs 73/2005 e 75/2006, aprovadas nesta Casa Legislativa, que garantem, respectivamente, a participação da Defensoria Pública na elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e sua autonomia funcional, orçamentária e administrativa.

Conclamo todos os meus colegas a lutarmos pelo restabelecimento dos trabalhos da Defensoria Pública, com ações junto ao Executivo, para que o clamor desses profissionais seja ouvido e para que a importância da categoria seja reconhecida. Como representante do povo, não podemos ignorar que, na ponta de todo esse problema, estão as pessoas carentes, que têm nesses profissionais a garantia de justiça e de cidadania.

O Deputado Deiró Marra (em aparte) - Deputado Célio Moreira, estou acompanhando o seu pronunciamento com afinco e atenção e sinto-me consternado com a situação da categoria. As suas palavras, acima de tudo, refletem o clamor dessa categoria, tema que já foi discutido nesta Casa. Tenho certeza de que o Governador está atento a essa situação e quero crer que a solução venha a contento. Como foi dito, há um plano a ser apresentado, um plano em elaboração, que está sendo estudado e será colocado em prática. Espero que o Sr. Governador esteja com os ouvidos atentos ao clamor desta Casa, que é o nosso tambor de ressonância, assim como o tambor dessa categoria. Isso é fundamental para a Defensoria e para o equilíbrio da justiça.

O nobre colega está coberto de louvor nessa causa. Tenho certeza de que o Governador está atento e trabalhando para que a solução esteja ao agrado da categoria. Obrigado.

O Deputado Célio Moreira - Acredito que os Deputados e as Deputadas desta Casa estejam preocupados com a situação da Defensoria Pública. Recebi no gabinete vários Defensores, o pessoal do sindicato e a Presidência. Aliás, no ano passado, fui o relator e o Presidente das emendas da Defensoria Pública. Também há essa preocupação por parte do Governador. A discussão está sendo feita com os Defensores, e esperamos votar essa matéria o mais rápido possível, para oferecer essa garantia e salário justo à categoria, que ganha R\$4.000,00, chegando ao valor bruto de R\$4.928,00, o teto máximo, enquanto um Promotor ganha R\$18.957,00 no início de carreira. Somos solidários a todos os Defensores Públicos. Contem conosco. O nosso gabinete está franqueado para a Defensoria no que pudermos ajudar. Obrigado.

O Deputado Antônio Júlio* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pessoal das galerias que veio manifestar em prol da Defensoria Pública, o que me traz aqui hoje é a cobrança que tenho feito do Parlamento, tanto o do nosso Estado quanto o do Congresso Nacional.

Temos visto, nos últimos meses, o problema dos aeroportos. Será que o Presidente Lula e o Sr. Ministro Waldir Pires não estão entendendo que a proibição de pousos e decolagens é um recado? Será que eles são tão ingênuos em permitir que o Brigadeiro, que é o Diretor da Infraero, ironize o povo brasileiro, paralisando pousos e decolagens, justamente para atingir certo tipo de usuário dos aeroportos? No último final de semana, foi proibido o pouso de aviões internacionais.

Estamos assistindo a tudo passivamente. O Congresso Nacional não reage, da mesma forma como aconteceu quando tentaram fazer a CPI do Apagão. O governo está impedindo que o Congresso Nacional analise o que realmente está acontecendo com os nossos aeroportos, que prestavam um serviço de excelência no controle aéreo. De uma hora para a outra, perdemos toda essa condição, e ninguém fala nada.

O que mais me deixa entristecido é o fato de o Ministro Waldir Pires parecer estar sonhando e vivendo em outro mundo, quando pede a Deus para descer aqui e resolver o problema.

Não estamos vendo, por parte das nossas autoridades políticas, vontade e determinação para enfrentar esse problema. Tenho clara convicção de que o acidente com o avião da Gol foi um recado das Forças Armadas, para que o governo se sente à mesa e renegocie a questão salarial. Eles têm esse instrumento, da mesma forma que os Defensores Públicos também têm o instrumento da paralisação do atendimento à sociedade. São formas de pressão. O governo está a par de tudo isso, mas não chama os responsáveis pela Infraero para acertar o problema.

Nesta semana, houve mais um problema com as agências reguladoras, que têm feito mal ao nosso país. Não vi nenhuma agência reguladora dos serviços públicos prestar um serviço que podemos dizer tenha resolvido o problema. Nenhuma delas.

Sobre problema da aviação, a Anac não se pronuncia. O Presidente da Anac, que tem mandato e que por isso não deve satisfação a ninguém, também não se pronuncia. O que está acontecendo? A verdade é que estamos assistindo a tudo calados.

O Congresso Nacional calou-se. Muitas vezes tenho criticado o nosso Parlamento, que também tem-se calado em relação aos grandes temas que mexem com a população. O mesmo aconteceu com a Anatel nesta semana, devido ao bairrismo. Mais uma vez, o Estado de Minas Gerais foi prejudicado por uma negociação da Way TV, que vendeu seus negócios na Bolsa de Valores para a Oi, uma empresa originária do capital brasileiro, e hoje essa agência está proibindo que a negociação seja concretizada, sob a alegação de que uma empresa que tem a concessão das linhas de telefone não pode ter também a concessão de TV a cabo.

O que me deixa mais intrigado, Deputado Ademir Lucas, é que, para a operação das empresas mineiras houve um tratamento; mas, para a Telefônica, uma empresa espanhola, houve outro tratamento. E ela hoje vai também operacionalizar o sistema de TV a cabo. Lá houve autorização; mas aqui, não.

Preocupado, o nosso Ministro Hélio Costa está insistindo com a Anatel para rever a proibição desse negócio, que já foi feito; o dinheiro está depositado no Banco do Brasil, esperando apenas a autorização. A Anatel insiste em que, no caso da Oi e da Way TV, esse negócio não poderia ser concretizado porque há lei proibindo a uma mesma empresa operar os dois sistemas. O mesmo ocorre com as agências reguladoras - Anatel, Aneel e Anac. Neste país, elas servem para quê? Apenas para tumultuar os negócios e beneficiar grupos estrangeiros. Por que o grupo espanhol pôde fazer a mesma operação e as mesmas compras, e um grupo brasileiro não pode? Isso tem de ser analisado pelo Congresso Nacional, que deveria instaurar CPI sobre a Anatel e verificar por qual motivo o negócio de uma empresa estrangeira pôde se efetivar, quando a empresa é nacional, isso não é possível. Infelizmente, há essa cultura no Brasil. Tudo o que é estrangeiro é permitido; tudo o que vem de fora é permitido; mas, se a empresa é brasileira, mesmo sendo igual a negociação não é permitida. As multinacionais têm toda regalia fiscal, tributária, financeira, e, em muitos casos, é o próprio BNDES que dá dinheiro a elas para realizarem negócios aqui em Minas Gerais. Isso ocorreu com a venda da Cemig para a AES e a Southern: entrou dinheiro do BNDES, com juros de 3,5% ao ano e garantia de rentabilidade mínima de 6%. Mas, se uma empresa brasileira tentasse fazer esse negócio, ela não teria a mesma condição oferecida à AES e à Southern, que tanto mal fez a este país com a compra da Light, da Cemig e da Eletropaulo, porque sempre se envolveu em falcaturas, mas tem crédito.

A Way TV foi vendida nos leilões da Bolsa de Valores de São Paulo em julho do ano passado. Oito meses depois, a Anatel diz que o negócio não pode ser concretizado. Estou sendo um pouco repetitivo, mas quero dizer que esse negócio entre a Way TV e a Oi não pôde se efetivar, mas o da Telefônica pôde, e uma semana antes. O veto foi dado pelo Conselheiro da Anatel, Pedro Jaime Ziller, que, numa canetada, disse que o negócio não pode ser concretizado, apesar do parecer favorável de todos os órgãos técnicos da agência. A empresa é nacional e não pôde fazer a compra. Se fosse estrangeira, poderia.

É isso o que tenho cobrado do Parlamento. Há certas coisas acontecendo no nosso país, no âmbito governamental, que precisam ser resolvidas. Será que essas pessoas são mais fortes, têm mais poder do que o próprio poder? Sabem por que isso está acontecendo? Porque hoje, com a ausência do parlamento nas grandes discussões - tanto o Congresso Nacional como a Assembléia Legislativa -, às vezes algumas pessoas se julgam representantes dos Poderes Legislativo e Judiciário e tomam decisões pessoais, contra os interesses da economia, contra os interesses sociais, contra os interesses do governo. Por que uma empresa tem poder e a outra não? Essa pergunta fica no ar.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Deputado Antônio Júlio, gostaria de parabenizá-lo pelo discurso. Estamos vivendo num tempo em que se fala muito nas inserções. Acredito que uma decisão contrária como essa, manifestada pela Anatel, tenha, por parte do nosso Ministro Hélio Costa, a defesa de que não deve ser assim. Como V. Exa. bem disse, abrimos as porteiças para as multinacionais, retornando à época do Império, quando as nossas riquezas eram levadas para fora. Hoje elas não são levadas em forma de barras ou pepitas de ouro, mas, sim, em forma de papéis de grandes empresas que mudam de mãos com grande facilidade. Aliás, diante dessa facilidade globalizada que vivemos, observamos que se põe um papel à venda de manhã, na Ásia, e, logo à tarde, no mesmo dia, ele já atravessou todo o planeta Terra e se acomodou em outro país, em outras mãos.

Pouco mais de 10% da população têm acesso a TV a cabo, ainda um produto muito elitizado. Digo isso como homem de televisão, que trabalha muito no segmento da TV a cabo. Como temos uma rede de televisão que também é transmitida pela TV a cabo, sabemos que, embora queira ter acesso ao serviço de assinatura, a população tem dificuldade em razão do alto custo.

Deputado Antônio Júlio, abrir o mercado e permitir que essa fusão seja feita é criar condições para a livre disputa de mercado e a oferta de produtos mais acessíveis. Portanto, quero crer que a posição de V. Exa. seja coerente, assim como a do Sr. Hélio Costa, Ministro das Comunicações. Nessa linha de coerência, a Bancada do PMDB como um todo, defende a posição de que essa negociação não seja interpretada de maneira a prejudicar os interesses de Minas nesse processo. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Júlio* - Deputado Vanderlei Miranda, obrigado. É justamente nessa linha que me posiciono. Tenho questionado aqui as agências reguladoras, quase diariamente. Se precisarmos de qualquer instrução da Aneel, agência reguladora de energia elétrica... Depois da criação da Aneel as coisas pioraram. Relativamente à energia elétrica, perdeu-se o controle. Exigiram que as empresas fossem fracionadas a troco de quê? De nada. Fracionada apenas na contabilidade, para obter-se rendimento que não sabemos para onde vai.

Tenho questionado as agências que passaram a ter um papel "importante", acima dos interesses do governo e dos Ministérios. Esse conflito não pode existir. Aqui escutamos o Ministro Hélio Costa dizer que a Anatel é contraditória e que, portanto, sugerirá que reveja sua posição. Contraditória em quê? Contraditória em relação aos interesses mineiros, mas a favor dos interesses paulistas? Contraditória em relação aos interesses brasileiros, mas a favor dos interesses internacionais? Isso é grave. É preciso haver uma reação do parlamento, que, aliás, pode começar pela Assembléia Legislativa, para discutirmos o papel das agências reguladoras. Até aonde vai o limite delas? O que podem sugerir? Agora determinar?! Esse negócio está ficando meio confuso. O Brasil está perdendo o controle. Quer dizer, estamos perdendo o controle para pessoas que estão assumindo o papel do parlamento e do Judiciário, como disse. Isso pode trazer grandes dificuldades para consolidarmos cada vez mais a nossa democracia.

O que vemos é uma pessoa contradizendo todos os argumentos dos outros assessores da Anatel. Numa canetada, ele diz: esse negócio não pode ser concretizado, esse negócio de Minas Gerais; entretanto o negócio de uma empresa espanhola, paulista pode ser. Portanto, chamo a atenção dos Deputados para, cada vez mais, fortalecermos o parlamento, que ainda é a sustentação e a base da democracia. Esse tipo de argumento da Anac, da Infraero e da Aneel é um risco à nossa democracia e à nossa soberania.

*- Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, servidores e cidadãos que nos acompanham aqui, na Assembléia Legislativa, especialmente os Defensores Públicos, pessoas que nos assistem pela TV Assembléia; tenho dois assuntos ligados à educação e à cultura, mas antes quero referir-me à questão da Defensoria.

Conversava com o Dr. Eduardo, Defensor Público, Presidente da Associação dos Defensores, para informá-lo - e o faço agora a todos os Defensores - de que, em conversa com o Dr. Tadeu, Coordenador Executivo de Programas do Estado para Resultados, discutíamos a importância de, por meio da negociação, resolvermos essa questão.

Hoje, pela manhã, reuni-me com o nobre Deputado Ademir Lucas, Defensor Público, concursado - com muito orgulho, ele destaca isso - que conhece, portanto, a luta dessa categoria que tem um papel fundamental no processo democrático. Falávamos da importância de, pelo diálogo, pelo entendimento, superarmos o impasse e podermos encontrar o caminho da valorização dos Defensores Públicos. Não tenho dúvida - e hora nenhuma sinto que tem havido dúvidas por parte dos demais colegas e dos Defensores - de que é esse o sentimento do Governador Aécio Neves, até porque, ao longo dos seus quatro primeiros anos de governo, deu demonstração clara de valorização dessa categoria. Sabemos que muito há ainda por ser feito. Precisamos do diálogo.

Já havia me reunido, na semana passada, com o Prof. Antônio Augusto Anastasia - por sinal, na condição de Governador em exercício - e, da parte dele, já havia recebido a manifestação que trouxe a esta Casa, no final da tarde de quarta-feira, de que a Seplag estava orientada a buscar, de todas as formas, os meios para que se pudesse estabelecer uma proposta concreta, embora reconhecesse a dificuldade de atender, de forma plena e de uma só vez, às justas reivindicações dos Defensores. Havia, sim, a consciência por parte do governo da importância da categoria, desse serviço público e da necessidade de que, pelo diálogo e pelo entendimento, fosse superado o impasse da greve, que é um direito de todo cidadão, mas que é um remédio muito amargo, que precisamos evitar.

Portanto, hoje, o Dr. Tadeu disse-me que está aguardando o retorno da Secretária Renata Vilhena, que está em Brasília, para, amanhã ainda, concluir uma análise dos impactos financeiros, do que pode ser proposto dentro da linha que o governo Aécio Neves tem adotado, qual seja apresentar propostas que sejam possíveis de ser cumpridas, mantendo os princípios fundamentais dos direitos dos servidores, que é receber em dia, de uma forma adequada, digna, sem prejuízo dos equilíbrios financeiro e fiscal.

O Deputado Ademir Lucas (em aparte) - A par de reafirmar o nosso compromisso com a categoria, com suas justas reivindicações, gostaria, na verdade, de dizer, de testemunhar o empenho de V. Exa., como Líder da Maioria, objetivando viabilizar essa audiência com o Dr. Anastasia e com a Secretária Renata Vilhena, a fim de que possamos abrir os canais de negociação e, com isso, também possamos procurar, de uma forma adequada, encaminhar as negociações, para que a categoria dos Defensores Públicos seja remunerada condignamente.

Falei várias vezes do tratamento que as demais carreiras jurídicas passaram a ter - Ministério Público, Procuradores Fiscais, Procuradores da Procuradoria-Geral do Estado -, e não é justo que logo os Defensores Públicos, que defendem a base da sociedade, os mais pobres, continuem a ter esse tratamento extremamente desigual. Essa não é uma prática do governo Aécio Neves, pelo contrário, neste governo tivemos a Lei Orgânica da Defensoria Pública e sua reestruturação, o orçamento, o que é reconhecido pelos Defensores. Entretanto a categoria não pode ficar nessa posição de inferioridade em relação às demais carreiras jurídicas do Estado de Minas Gerais. Por isso gostaria de transmitir o meu apoio à categoria e empenhar-me, junto a V. Exa., Líder da Maioria, em que apresse a audiência com a Secretária Renata Vilhena, com o nosso Vice-Governador Antônio Anastasia, a fim de, juntos, encontrarmos uma solução boa e justa para a categoria, mas com condições de ser honrada pelo Estado. Quando V. Exa. definir a data, gostaria de ser informado, para estar presente na audiência com os companheiros que representam a nobre classe dos Defensores Públicos.

O Deputado Domingos Sávio - Agradeço a nobre contribuição do companheiro Ademir Lucas, batalhador desta causa, cuja vida pública é exemplar. Espero que, em breve, tenhamos boas notícias para os nossos Defensores. Estejam certos de que essa não é uma questão partidária. Sinto que, nesta Casa, há um consenso de respeito e valorização da categoria, e assim também vejo em relação ao governo Aécio Neves. Portanto, sem dúvida, o diálogo deverá ser o melhor caminho para superarmos esse impasse.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Domingos Sávio. Gostaria de me associar às palavras de V. Exa., nosso Líder da Maioria. Essa preocupação é o sentimento maior dos Deputados e das Deputadas em relação à nossa Defensoria Pública. Há poucos dias, manifestava desta tribuna a certeza do posicionamento do nosso Governador Aécio Neves. Aliás, há poucos dias, tratamos desse assunto pessoalmente com V. Exa., com a nossa Secretária Renata Vilhena e com o Vice-Governador. E tenho certeza de que está sendo tratado com absoluta prioridade pelo governo Aécio Neves.

Quero, mais uma vez, convocar esse nosso sentimento, como também todos os que estão demonstrando esta preocupação com a Defensoria Pública. Aliás, desde 1999, já estamos discutindo ações importantes para a Lei Orgânica da Defensoria Pública relativas à autonomia e à independência. Posso afirmar que os Defensores poderão contar com a Assembléia Legislativa, que tem muito respeito pelo trabalho extraordinário que vêm prestando ao nosso Estado de Minas Gerais. Como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, afirmo que, no momento da mensagem do Sr. Governador, faremos uma força-tarefa para que essa proposição seja brevemente aprovada pela Casa e sancionada pelo nosso Governador. Parabéns a V. Exa. e as minhas homenagens aos Defensores e às Defensoras Públicas.

O Deputado Domingos Sávio - Sou eu quem agradeço, Deputado. Concedo aparte ao Deputado Lafayette de Andrada, a quem peço compreensão para que eu conclua a matéria relativa à cultura. Concedo-lhe aparte com prazer, até mesmo pela luta não só de V. Exa., mas também de toda a sua família no campo do Direito, especialmente em apoio aos Defensores Públicos.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Não usarei mais que um minuto e meio do seu tempo. Queria dizer que aplaudo-lhe a iniciativa e o esforço em prol dos Defensores Públicos. Não vou desdobrar-me nem enaltecê-los mais do que já foi enaltificado, pois já ficou claro o reconhecimento geral do trabalho inequívoco e essencial dos Defensores Públicos para Minas Gerais. Só queria sublinhar e salientar que o

governo de Minas nunca esteve se furtando a uma negociação. Melhor dizendo, o governo de Minas nunca deixou de ter em bons olhos a Defensoria Pública. Os Defensores não de reconhecer que, neste governo, houve avanços. Ainda não chegamos aonde o Defensor precisa e merece, mas que houve avanços e esforço deste governo não podemos negar.

Queremos que este governo mantenha sua sensibilidade para, abrindo um canal de diálogo, trabalhar para que os Defensores cheguem aonde realmente merecem. Entretanto não é culpa do governo de Minas o fato de o Supremo Tribunal ter impedido que os Defensores tivessem trabalho fora da Defensoria. É uma pena, mas a decisão veio do Supremo Tribunal.

Deputado Domingos Sávio, quero parabenizá-lo, por seu empenho, e também os Defensores, pois sua luta é justa, sagrada. Estão correndo atrás daquilo que realmente merecem. Mas não podemos deixar o extremismo obscurecer nosso entendimento ao ponto de o radicalismo afirmar, como em alguns casos já ouvi dizer, que este governo não se preocupa com o Defensor, pois isso não é verdade. Vamos negociar sim, precisamos negociar sim, uma vez que é necessário melhorar suas condições de trabalho e salário, mas temos de reconhecer que este governo fez um trabalho muito relevante a favor da Defensoria Pública se comparado aos anteriores. Muito obrigado.

O Deputado Domingos Sávio - Sem dúvida, Deputado Lafayette de Andrada. Na verdade, é isso que norteia nosso pronunciamento e o sentimento dos Defensores: o espírito do diálogo e do entendimento. Temos a convicção de que assim iremos avançar.

Quereria ainda, nesses minutos que me restam, Sr. Presidente, trazer duas boas notícias. É importante sabermos, no momento oportuno, louvar e reconhecer os avanços - e aqui quero dividir com a Assembléia Legislativa esse voto de louvor ao governo Aécio Neves por um trabalho que começou aqui. Às vezes precisamos mostrar, com mais visibilidade, Deputado Carlos Mosconi - e V. Exa. é um parlamentar vivo, Constituinte, com uma história brilhante no Parlamento -, a importância de algumas leis que mudam a história de maneira muito positiva.

Trabalhamos aqui nesta Casa e tivemos a alegria de, com o apoio praticamente unânime da legislatura anterior, aprovar um projeto de lei de minha autoria, criando o Fundo Estadual de Cultura. Hoje, o jornal "Estado de Minas", assim como outros jornais, divulgou essa matéria interessante, que coloca de forma apropriada o assunto, não apenas como uma publicidade de governo. É bom vermos a publicidade ter uma função educativa, estar a serviço do cidadão mais que do governo. E essa publicidade contribui para mostrar que Minas Gerais agora tem um instrumento importante para valorizar a cultura no interior de Minas: a lei que aprovamos aqui, criando o Fundo Estadual de Cultura.

Já no ano passado - e o jornal retrata isso -, 78 projetos, todos do interior de Minas, foram aprovados, totalizando R\$6.000.000,00, que já foram depositados para as secretarias municipais de cultura, entidades filantrópicas sem fins lucrativos dedicadas à cultura, bibliotecas, museus e artistas que se organizam em associações. E esse dinheiro está fortalecendo um dos maiores patrimônios do povo mineiro: sua cultura, que está espalhada em todas as Minas Gerais, nas diversas Minas, como dizia Drummond.

E não podemos esquecer-nos de que cultura é fundamental para a boa qualidade de vida do cidadão, como - é claro - a saúde, a educação, a segurança pública, o emprego e a moradia. E a cultura vinha sendo esquecida. Criamos a Comissão Permanente de Cultura nesta Casa e, juntamente com a Frente Parlamentar da Cultura, que tenho tido a alegria de presidir com o apoio e aquiescência dos colegas, conseguimos aprovar a lei, que foi sancionada pelo Governador.

E aí queria registrar essa louvação. Um Governador que consegue bater recordes na saúde, na educação, na infra-estrutura, na construção de moradias não se esqueceu da cultura mineira, e os investimentos estão aparecendo. E o anúncio é para convidar o povo mineiro a se preparar para inscrever-se de 10 de maio a 11 de junho.

Essa transparência também é fundamental para que o dinheiro público não seja usado apenas por alguns, mas que seja acessível a todos.

Repetindo, de 10 de maio a 11 de junho - portanto, daqui a mais de 30 dias -, as inscrições estarão abertas. O edital já está sendo divulgado para as pessoas se inscreverem, secretarias municipais de cultura, entidades dedicadas à cultura. Assim, estamos levando o apoio do governo do Estado à cultura mineira, ao interior de Minas, aos novos e jovens talentos da música, da dança e das artes em geral.

A outra boa notícia é na área da educação, que também se iniciou nesta Casa. A Frente Parlamentar Pró-Uemg, que tive a alegria de presidir, criou a comissão de defesa da Uemg. Toda a Assembléia Legislativa apoiou, e houve avanços. Como fruto desse trabalho, o Governador Aécio Neves, sensível a esse apelo, estabeleceu, já no Orçamento do ano passado, de que tive a alegria de ser o relator, R\$6.000.000,00 para a Uemg. Então, R\$1.500.000,00 para o ensino, pesquisa e extensão. Já liberou esse dinheiro para as unidades ligadas à Uemg no interior, que até então não recebiam recursos do governo do Estado. Liberou R\$4.500.000,00 para financiar o aluno mais pobre, selecionado pelo critério de carência, aquele aluno que não está dando conta de pagar a unidade, uma fundação associada à Uemg. Essa unidade vem lutando para ser absorvida desde a Constituição de 1988, portanto há quase duas décadas. Propusemos ao Governador uma alternativa, não que tenhamos desistido de ela ser absorvida. O sonho continua. O dia em que o governo do Estado puder absorver aquela unidade associada e oferecer ensino público gratuito e de qualidade para todos, que é o que queremos, será ótimo. Mas, até que isso ocorra, pelo menos que possa financiar os mais pobres. O Governador assinou o decreto, e o dinheiro já está sendo...

Encontra-se comigo uma carta de Diamantina, onde estive, em que todos os dirigentes das fundações associadas homenageiam o Governador Aécio Neves, e naturalmente todos aqueles que lutaram para que esse sonho se realizasse.

Muito obrigado. Peço desculpas se me alonguei alguns minutos; mas os apartes foram muitos, Sr. Presidente. Em outro momento, trarei mais detalhes sobre esse programa importantíssimo de apoio à Uemg que a Assembléia mineira ajudou a construir.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Sras. Deputadas, Srs. Deputados e representantes da Defensoria Pública presentes; queria manifestar-me, e hoje me foi permitido, devido ao rodízio, subir à tribuna também para analisar a situação, principalmente com o objetivo de contribuir, como integrante da Bancada do PT, na luta pela valorização e fortalecimento da Defensoria Pública em Minas Gerais. E faço-o de maneira tranquila, inicialmente reconhecendo não só a legalidade, mas a legitimidade da luta dos Defensores Públicos. Evidentemente essa luta tem um caráter de valorização e dignidade profissional, mas ela repercute diretamente na vida do cidadão mais pobre de Minas Gerais. Portanto é uma luta que tem legalidade e legitimidade porque aponta para a dignidade do cidadão mais pobre. Esse é um primeiro reconhecimento, que se estende à legislatura anterior, porque os avanços estruturais da Defensoria, em Minas, decorrem em muito da organização e da luta dos Defensores.

Reconheço, ainda, o papel da legislatura anterior, desta legislatura, do conjunto de Deputados, inclusive os da base de governo, que estão se empenhando. Sabemos que, muitas vezes, o fato de um Deputado da base assumir bandeiras que entram em contradição com o governo gera constrangimentos.

Quero, sinceramente, colocar ênfase em uma questão: a greve já se estende por 47 dias sem nenhum tipo de negociação clara, aberta, com os representantes da Defensoria Pública. Qual é essa prioridade? Se é prioridade, por que ficar 47 dias sem qualquer negociação? Imagine, Deputado Carlin Moura, se não fosse prioridade? É prioridade, e a situação se arrasta por 47 dias. Com sinceridade, reafirmo o empenho de

todos os partidos, dos Deputados da base, que têm-se empenhado.

Sabemos que muitas vezes apenas o empenho da Assembléia não é o suficiente, mas é fundamental a notícia de que a Seplag inicia os estudos do impacto que haverá para os cofres. No entanto, hoje deve prevalecer o sentimento de urgência, porque estão sendo prejudicados mais de 1 milhão de atendimentos por ano.

O Deputado Luiz Tadeu Leite (em aparte) - Deputado André Quintão, V. Exa., sempre presente e arguto nos assuntos de maior importância, de maior repercussão no Estado, está tratando de um assunto que muito nos preocupa.

Como advogado inscrito na OAB, estou solidário aos Defensores Públicos. Em minha curta passagem como Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos, ajudamos a plantar os estamentos dessa Defensoria como hoje está instalada. Trata-se de uma Defensoria respeitada, que tem sua estrutura montada e Defensores ramificados em todo o Estado, embora ainda haja comarcas sem os profissionais, dado o desestímulo dos baixos salários.

Parece que a categoria é das últimas que reivindicam, pois, a essa altura, quase todas já foram contempladas: a Polícia Civil, razoavelmente; a Polícia Militar, muito satisfeita; o Ministério Público; amplamente bem atendido; e o Poder Judiciário, que não pode queixar-se. Na prestação jurisdicional, como conhecemos, no centro, é fundamental a presença do Juiz; de um lado o Ministério Público como defensor da lei - por que não dizer de acusação, para facilitar o entendimento -; e, do outro, o Defensor Público para defender os hipossuficientes, os mais pobres que precisam da assistência. Não se concebe a boa administração da Justiça se não houver a participação efetiva de um lado. Os advogados dativos não podem substituí-los, e não o fazem. São apenas uma meia-sola criada pela lei, porque a figura correta é a do Defensor Público.

Tomo mais um pouco do tempo de V. Exa. para fazer a leitura da moção de solidariedade que a seção mineira da OAB, na pessoa de seu Presidente, acaba de editar e que encontrei no "site" da Ordem. (- Lê:)

"Os Defensores Públicos do Estado de Minas Gerais estão em greve, em defesa de legítimas aspirações, que dizem respeito ao cumprimento da legislação que lhes é aplicável. A fixação do seu subsídio é medida indeclinável. Além de cumprir a Constituição, é o meio de mantê-los na carreira. A defesa não pode ser tratada de forma inferior à acusação. Trata-se, portanto, de manter o equilíbrio da balança da Justiça, para a realização do ideal de igualdade e de afirmação da cidadania."

Continua a moção de solidariedade. (- Lê:)

"A Ordem dos Advogados do Brasil tem, entre as suas finalidades, a de defender a Constituição, a ordem jurídica do Estado Democrático de Direito, os direitos humanos e a justiça social. A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, criada para garantir o direito à assistência jurídica integral e gratuita dos necessitados. Em defesa dos excluídos, precisa contar com Defensores Públicos qualificados, vocacionados e remunerados em regime compatível com a natureza, as vedações e a dignidade do cargo, o que somente se dará mediante justa retribuição. A greve dos Defensores Públicos foi considerada motivo de força maior pela Corte Superior do TJMG, que baixou resolução em favor das partes patrocinadas pela Defensoria Pública, suspendendo a contagem dos prazos processuais nos feitos em tramitação na Justiça Comum de Primeira Instância e no Tribunal de Justiça. A OAB-MG está solidária ao movimento dos Defensores Públicos, que se caracteriza pela defesa da legalidade, recomenda aos seus inscritos que se abstenham de funcionar como advogados dativos em favor das partes patrocinadas pela Defensoria Pública, cuja inobservância evidencia deslize ético, e apela ao governo do Estado que estabeleça diálogo democrático com a representação da classe, na busca de rápida solução negociada para as reivindicações apresentadas. Vinte de março de 2007. Raimundo Cândido Júnior, Presidente da OAB."

Nobre Deputado André Quintão, V. Exa. está ajudando a construir, tijolo por tijolo, a democracia em Minas Gerais. E só a termos por completo quando os Defensores Públicos tiverem a dignidade para se sentar no banco ao lado do acusado no exercício da advocacia. Eles precisam de condições mínimas de dignidade para exercer esse mais alto mister que lhe foi conferido pela lei e pelo concurso. V. Exa. está de parabéns. Vamos à luta, Defensores Públicos, porque precisamos chegar à vitória!

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - A paralisação já dura 47 dias. Nesta Casa, há uma sensibilização unânime com a causa dos Defensores Públicos. A própria OAB, na nota lida, manifesta sua solidariedade. É preciso que se abra, imediatamente, a negociação com os Defensores Públicos, pois outra coisa não contribui com o movimento. E, para que as pessoas comuns entendam, em que pese os prazos dos processos em andamento estarem suspensos, existe uma fila de necessitados esperando pelo atendimento dos nobres Defensores Públicos: mães de família dependendo de uma pensão alimentícia, pessoas com sua propriedade ameaçada por uma invasão de terra, desapropriação ou dívida de aluguel necessitando da assistência dos Defensores Públicos. O Governador deve ter essa sensibilidade, pois ele pode pagar advogados que cobram caro e não precisa recorrer a um Defensor Público. Mas o povo, o pobre trabalhador e a camada mais carente da sociedade necessitam dos Defensores Públicos. Precisamos falar menos e, imediatamente, exigir do Governador que abra negociação com essa categoria.

O Deputado André Quintão - Obrigado. Concordo inteiramente com V. Exa., devemos agilizar rapidamente essas negociações. Ouvi alguns adjetivos que podem tentar imputar ao movimento dos Defensores a característica de extremismo e radicalismo. Extremismo é quase 50% das comarcas não terem o Defensor. Extremismo é, de 167 concursados, pouco mais de 100 continuarem, devido à ausência de valorização e remuneração digna pelo que fazem e que merecem receber.

A situação é extrema, e os Defensores não defendem apenas a remuneração - o que, por si só, já seria justo -, mas também a permanência no trabalho. No Brasil, revolta-nos o fato de que, muitas vezes, aquilo que é feito para os pobres, para as camadas populares, pode ficar de lado, esperar. Já os grandes grupos econômicos sempre têm prioridades nas negociações e a prerrogativa de atendimento dos seus interesses. Portanto, reitero: essa é uma luta justa.

Que bom! Conforme noticiado aqui, o governo, talvez até por pressão dos Defensores, da Assembléia e da sociedade, começa a movimentar-se. O que tem de prevalecer é o sentimento de urgência, pois, por trás dessa luta, estão os pobres, que precisam do assessoramento da defesa jurídica.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte) - Deputado André Quintão, obrigado pelo aparte. Todos estamos plenamente de acordo com a importância dos Defensores Públicos. Quero me reportar à Constituição de 1988, quando oficialmente a Defensoria Pública foi criada, para funcionar - vamos dizer assim - para valer. Foi uma das coisas boas da Constituição de 1988: a criação da Defensoria Pública. Orgulho-me de ter sido Constituinte e ter participado dessa votação.

Vejo agora, caro Deputado, o esforço que se faz nesta Casa. Acredito que todos os Deputados estão envolvidos nessa questão, pois reconhecem o problema. Fico tranquilo de observar - até pelas palavras do nosso Líder, Deputado Domingos Sávio -, o esforço que até a Liderança do Governo está fazendo para que a Seplag abra um canal de negociação - ação essa que já está sendo feita.

Há alguns dias, recebi os Defensores em meu gabinete e tivemos uma boa conversa, franca e esclarecedora. Intei-me plenamente do problema que os aflige. Eles têm total razão. Infelizmente, há uma grande defasagem, o que é uma pena. É lamentável a situação ter chegado a esse ponto.

Portanto, os Deputados da base, na qual me incluo, faremos esforço para que seja encontrada uma solução adequada no prazo mais exíguo possível. É essa a minha manifestação. Parece-me que a posição dos Defensores é justa, e todos reconhecemos isso. Obrigado.

O Deputado André Quintão - Quero concluir agradecendo o aparte do Deputado Carlos Mosconi, que foi um dos parlamentares mais atuantes na Constituinte de 1988 em várias áreas, principalmente na da saúde, com a construção do Sistema Único da Saúde - SUS. Com certeza, ele também está comprometido com essa luta.

Agradeço a atenção de todos e reitero, na linha do que disse o Deputado Carlos Mosconi, que aqui, na Assembléia, há essa unidade e posição comum na defesa dessa questão. Agora, teremos de fortalecer ainda mais a luta, para que o sentimento de urgência chegue ao governo e a quem está negociando ou negociará a questão, para que os pobres de Minas Gerais não sejam ainda mais prejudicados. Os Defensores Públicos precisam ser valorizados, pois o seu trabalho e a sua missão atingem diretamente as pessoas que mais precisam.

Parabéns por essa luta, que é também a do povo pobre de Minas Gerais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

Deputada Elisa Costa* - Cumprimento o Presidente em exercício, Deputado José Henrique, os demais membros da Mesa, os Deputados presentes e o público que nos acompanha pela TV Assembléia. Aproveito o momento para saudar os visitantes e os estudantes aqui presentes. A todos vocês nossa saudação e nosso abraço!

Abordarei três temas que dizem respeito ao Estado de Minas Gerais. Na semana passada, debatemos - e vamos debater nesta semana - a importância da água para o ser humano e para a sobrevivência das futuras gerações. Realizamos aqui, na semana passada, o 6º Fórum das Águas, oportunidade em que discutimos a escassez de água em nosso Estado. Amanhã, em Ipatinga, terá início o 3º Fórum das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, um dos mais importantes rios federais dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, além de ser um dos mais estudados do Brasil. No entanto, tem um dos maiores índices de poluição, considerando-se os 231 Municípios que compreendem a Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Eu, o Deputado José Henrique e outros três parlamentares fazemos parte da comissão de Deputados de Minas e do Espírito Santo, que, com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce - CBH-Rio Doce participará do 3º Fórum do Rio Doce. O encontro contará com a participação de especialistas dos dois Estados. Haverá muitos estandes, onde se discutirão os temas ambientais.

Neste momento, oportunidade em que falo também para os estudantes, lembro a importância da educação ambiental em Minas Gerais, o cuidado que devemos ter com os nossos rios, com as nossas águas. A Bacia Hidrográfica do Rio Doce buscará um plano de revitalização para cuidar da proteção às nascentes. Ou seja, tem em vista a recuperação das matas ciliares e das matas de topo de morro, a retirada do esgoto sanitário e do lixo dos afluentes dos rios, especialmente do Rio Doce, que banha, Deputado Padre João, desde a cabeceira, no Rio Piranga, até Regência, no Espírito Santo, desaguardo no Oceano Atlântico.

É um rio extremamente importante e precisa ser preservado em Minas e no Brasil. Temos de ter cuidado, especialmente com o tema ambiental, para garantir, ao Estado e ao País, água em quantidade e com qualidade.

O referido Fórum tem o mérito de buscar o compromisso da sociedade e dos políticos, no que tange à educação e aos orçamentos públicos, a fim de assegurar recursos e investimentos para garantir o presente e o futuro de nossas gerações, que dependem de água em quantidade e com qualidade para manter o desenvolvimento do nosso país e principalmente para o consumo humano.

Registro a importância desse Fórum para a nossa bacia, especialmente para os afluentes do Rio Doce, a exemplo dos Rios Piracicaba, Caratinga, Manhuaçu, Suaçuí Grande e Piranga. Trata-se de um conjunto de rios estaduais que deságuam no Rio Doce e precisam de cuidados, de proteção e principalmente das estações de tratamento de esgoto. O objetivo é retirar e sanear o esgoto dos rios para se ter água de qualidade, proteger as nascentes, garantir o reflorestamento, principalmente o da Mata Atlântica, a fim de se ter água em quantidade, já que Minas Gerais é considerada a caixa d'água do nosso país.

Para nós, o Fórum representa o momento oportuno para debatermos a questão com a sociedade e, principalmente, Deputado Padre João, para manifestarmos nosso compromisso de continuar defendendo a causa ambiental, a fim de que Minas Gerais continue sendo considerada a caixa d'água do Brasil.

O Deputado Padre João (em aparte)* - Obrigado, Deputada Elisa Costa. Parabéns V. Exa. pela iniciativa. Saúdo os estudantes que, das galerias, assistem a esta reunião. Saúdo ainda o Deputado José Henrique, que preside a reunião e também se empenha na comissão formada pelas Assembléias Legislativas dos Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais.

Registro o nosso empenho, uma vez que trabalho em uma área que envolve dezenas de Municípios banhados pela Bacia do Rio Doce, que abrange Senhora dos Remédios e Ressaquinha, passa por Porto Firme e pelo entorno de Viçosa. São inúmeros Municípios, inclusive Piranga, como V. Exa. salientou.

Qual é o meu apelo? Isso é algo que deve ser abordado. Aliás, é um apelo que faço a cada estudante, ou seja, que peguem a conta da Copasa e conversem com o pai, com a mãe e analisem onde está sendo cobrado. Além de cobrar o consumo da água, há uma taxa de cobrança pelo tratamento de esgoto. É preciso procurar saber se o esgoto, de fato, está sendo tratado.

Quando a Copasa foi criada, a finalidade não era só o abastecimento de água, mas também o tratamento de esgoto e de resíduos sólidos. Portanto, é vergonhosa a nossa consciência em relação ao meio ambiente. O esgoto está sendo lançado nos rios e nos ribeirões de quase 100% dos Municípios mineiros, sem nenhum tratamento, um escândalo. Essa questão deve ser tratada nos debates. Temos de saber como garantiremos o tratamento de 100% do esgoto, caso contrário, não mais teremos água de qualidade. Onde ainda resta algum peixe, temos receio de comê-lo em razão da quantidade de esgoto presente nos leitos dos rios.

A nossa esperança em relação ao debate é o fato de cobrarmos sobretudo da Copasa, que não pode ter como fim os lucros. Aliás, os lucros estão vultosos, mas a finalidade é a prestação de um serviço de qualidade a todo o povo mineiro. É preciso ter consciência de que a qualidade do serviço também será desfrutada pelas gerações futuras. Obrigado.

A Deputada Elisa Costa* - Agradeço o aparte do Deputado Padre João. É importante lembrar a responsabilidade da Copasa de cuidar da sua função primeira, o saneamento ambiental, desde o abastecimento, tratamento de água e de esgoto à destinação final dos resíduos sólidos, ou seja, o lixo, e à drenagem urbana.

O projeto Rio Doce Limpo visa, até 2016, retirar todo o esgoto de todas as cidades banhadas por nossos afluentes e principalmente pelo Rio Doce. O orçamento já deve estar em aproximadamente R\$800.000.000,00. Por meio de recursos do Ministério do Meio Ambiente, da Secretaria Estadual e da iniciativa privada, ou seja, das empresas, as que mais poluem o Rio Doce e os rios afluentes, teremos a garantia do saneamento da nossa bacia. O tema desse fórum trata de integração, de políticas públicas, de compromisso, de educação ambiental, de responsabilidade para recuperar a nossa bacia hidrográfica do Rio Doce. Além dos diversos temas e das diversas mesas, haverá um fórum de Prefeitos. A abertura do fórum é amanhã de manhã e, à tarde, haverá um fórum de Prefeitos, Prefeitas e Deputadas para, de fato, traduzir a implementação das políticas de preservação ambiental em cada Município, por onde passam os nossos rios que, aliás, banham 231 Municípios entre Minas e o Espírito Santo.

Entre as belezas de Governador Valadares, está o Rio Doce. Há outras belezas lá, como as pessoas que lá residem e o Pico do Ibituruna, mas principalmente o Rio Doce, pois faz parte da paisagem natural.

Então, por essas razões e por todas as cidades que têm o rio para ser preservado, a fim de garantir a água para o consumo, para o alimento, enfim, para a vida, temos esse compromisso com as águas, e não somente no mês de março, mas também ao longo de toda a nossa trajetória rumo às gerações futuras.

O presente da luta é importante para que, no futuro, tenhamos um ambiente saudável e em condição de morarmos, com qualidade de vida.

Deixo aqui esse convite não só aos que moram ao longo da bacia hidrográfica do Rio Doce, mas também a Minas Gerais, para que todos possam fazer parte desse fórum da bacia do Rio Doce. Espero que de lá saiam compromissos, metas e planejamento de revitalização da bacia e de recursos, para que, ao longo dos anos, tenhamos uma água limpa e um Rio Doce preservado, com água garantida para as gerações futuras.

Deputado Padre João, quero também registrar que participei ontem - e isso diz respeito à nossa atuação -, em Governador Valadares, da inauguração da Procuradoria Regional da República, o Ministério Público Federal, que vai atender a mais de 112 Municípios da região do Leste, somando o Mucuri e o Jequitinhonha.

O Ministério Público Federal desempenhará um importante papel, dada a sua atuação na defesa da sociedade e na defesa dos mais pobres. Pelo menos três temas farão parte das atribuições e da defesa das nossas populações e das nossas minorias excluídas da sociedade.

Em primeiro lugar, estão as questões ambientais, ou seja, a existência de barragens provocando os atingidos ao longo da bacia do Rio Doce. O Ministério Público já está acompanhando os atingidos pela futura barragem de Baguari. Aliás, o Procurador da República já se reuniu com os atingidos, com o MAB, com a Via Campesina e com os moradores do entorno do lago da hidrelétrica, para discutir os impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos que serão provocados por essa futura barragem de Baguari. O Ministério Público está participando diretamente dessas discussões, inclusive já interrompeu o início da construção da barragem, a fim de avaliar os impactos ambientais.

Também o Ministério Público terá um outro papel extremamente importante, visto que a nossa região é uma região de muita concentração de terras. O MST está presente de maneira muito forte e presente, assim como o Movimento dos Atingidos pela Barragem e o movimento dos pequenos agricultores. Além disso, existem muitos acampamentos e assentamentos de trabalhadores rurais. Por essa razão, a luta pela terra, a defesa da reforma agrária e os conflitos agrários também serão objeto do trabalho do Ministério Público Federal, na defesa dos mais pobres dessa região.

Um outro tema de que, com certeza, o Ministério Público vai tratar é a defesa das comunidades indígenas, especialmente as comunidades crenaque e maxacali, do Mucuri, Jequitinhonha, Vale do Rio Doce e Leste de Minas.

A Deputada Elisa Costa - Gostaria de registrar que a região do Leste recebe a Procuradoria da República, o Ministério Público Federal; portanto, desejamos contar com os Procuradores na defesa dos pequenos, dos mais pobres, para que a sociedade possa, de fato, encontrar um espaço de manifestação junto ao Ministério Público Federal.

Por fim, registro aqui o nosso compromisso com a educação. Há alunos de escolas estaduais presentes a esta reunião. Para nós, a educação é fundamental no processo de desenvolvimento do País. O Presidente Lula, preocupado com o assunto, lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação no dia 15 de março. A idéia deverá colher contribuições de educadores, professores e especialistas, para que haja uma educação de qualidade. A prioridade do governo Lula é o desenvolvimento com distribuição de renda e educação de qualidade.

A proposta é que a educação seja integrada, cuidando da criança na creche, passando pelos Ensinos Fundamental e Médio, chegando à universidade. É a primeira vez que se cria um plano com dimensões integradas como esse apresentado pelo Ministro Haddad no dia 15 de março, em que se pretende colher sugestões da sociedade. Assim, nos próximos anos, teremos um país desenvolvido, com informação e formação, e mais cidadão, a partir da própria educação.

É importante frisar ainda o avanço alcançado com a criação do piso nacional para os professores. É mais que justo que a educação, para ter qualidade, ofereça aos nossos educadores condições dignas de trabalho e salário.

Há várias experiências com a escola integral no País, começando por Belo Horizonte, Coronel Fabriciano, Contagem e outros Municípios mineiros. O estudante fica o dia inteiro na escola, não apenas dentro das salas de aula, mas garantindo sua permanência em atividades esportivas e culturais, com alimentação de qualidade. Dessa forma, pretende-se fazer com que crianças e jovens fiquem nas escolas, desejando permanecer nelas, tendo em vista o grande índice de evasão existente em Minas e no Brasil, especialmente no ensino médio. Às vezes o estudante mora próximo à escola, mas não permanece nela. Portanto é preciso que seja atraente, planejada a partir da realidade da vida do estudante, garantindo sua presença, para que haja uma educação no presente e no futuro.

Em outra oportunidade, abordarei um pouco mais o plano de educação, que considero um avanço para o País, especialmente com essa visão integrada. O Fundo de Educação Básica - Fundeb - traz mais investimentos e recursos para a educação, comprometendo todos os entes federados, a União, os Estados e os Municípios, para que haja de fato um mutirão nacional pela educação de qualidade no nosso país. A educação, não apenas a formal, dentro das salas de aula, é fundamental, mas também é preciso que passe pelo avanço da sociedade, pelos movimentos de luta, pelos movimentos sociais, enfim, por uma sociedade educadora que educa e se educa num processo de cidadania.

Então, esse é o nosso conceito de educação por que passa o País, com a nossa população sendo protagonista de mudanças, melhores dias, enfim, qualidade de vida e desenvolvimento.

Portanto deixo aqui esse nosso registro. O Plano de Desenvolvimento de Educação é um passo adiante para o processo de desenvolvimento do Brasil.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, muito obrigado. Minhas saudações a todos os assessores, aos funcionários da Casa, à Profª Valéria Borges, 1ª-Superintendente de Ensino de Itajubá e ao amigo Prof. Marcelo Figueiredo, Diretor-Superintendente em Caxambu, que responde respectivamente pela educação de nossa região. Rendo-lhes as nossas homenagens e os nossos agradecimentos pela presença em nossa Casa.

Telespectadores da TV Assembléia, meus amigos e minhas amigas, é muito oportuno e necessário fazer uma rápida e calma reflexão sobre alguns fatos importantes, que, muitas vezes, não podemos deixar passar despercebidos. É um chamamento à responsabilidade de todos. Gostaria de trazer o retrato do que presenciamos ontem no Plenário desta Casa. Por meio da Comissão de Agricultura, coordenada pelo Deputado Vanderlei Jangrossi, cujo pedido de autoria foi do Deputado Chico Uejo, particularmente buscamos ações importantes para a agricultura, a pecuária e o agronegócio do Sul de Minas. Por iniciativa do Deputado Antônio Carlos Arantes, realizamos aqui uma importante reunião. Tenho a certeza absoluta de que todo o Sul de Minas esteve presente aqui, buscando desta Casa legislativa alguma solução para o agronegócio de todo o Estado.

Caríssimo Deputado Padre João, que presidiu os trabalhos da reunião, participei de forma muito intensa, anotando e refletindo sobre tudo o que revivíamos na tarde de ontem, como a perda da produção, da auto-estima, de qualidade de vida, da felicidade familiar e da própria propriedade. Muitos agricultores, lavradores e representantes de sindicatos, de cooperativas e de associações puderam comparecer ontem à reunião e, mais uma vez, dar o grito de alerta, em defesa da agricultura e do agronegócio.

Gostaria de apresentar uma ponderação importante. Há três anos, esta Casa já viveu essa mesma situação angustiante. Deputado Padre João, tive o prazer de ser o relator da Comissão Especial da Cafeicultura, presidida pelo Deputado Paulo Piau. Por aqui mesmo, por esta Casa e este Plenário, recebiamos milhares de cafeicultores de todo o Estado, que, naquela época, pediam ações importantes para que continuassem na cafeicultura, que é o ramo de atividade de cada um.

Lembro-me perfeitamente de que viajamos com o Deputado Laudelino Augusto por todas as regiões de Minas Gerais. Aliás, é necessário testemunhar o trabalho desse Deputado, grande defensor da nossa região. Procurávamos ações que sensibilizassem o governo em favor dos cafeicultores. Infelizmente, por se tratar de uma política governamental da área federal, avançamos muito pouco. Entregamos o relatório ao governo estadual e tivemos, por parte dele, ações importantes, seja em relação à polícia florestal, seja em relação ao aumento de técnicos da Emater. Ele contribuiu, nas suas possibilidades, para que os cafeicultores que amam a terra não ficassem sem uma resposta positiva.

Na tarde de ontem, revivemos os acontecimentos, as preocupações maiores da cafeicultura, do agronegócio, particularmente da minha região sul-mineira. Tivemos a presença de representantes de quase 40 Municípios. Devo dizer a V. Exa., Deputado Padre João, que, não obstante esse assunto estar sendo tratado na Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, que V. Exa. tão bem preside como Vice-Presidente ao lado do Presidente, Deputado Vanderlei Jangrossi, e outros membros importantes, também aprovamos na Comissão de Constituição e Justiça requerimento com o objetivo de buscar, com outras Comissões de Constituição e Justiça do País, uma discussão mais abrangente.

Estamos falando reiteradas vezes do pacto federativo, aliás, a tônica do belo discurso do Presidente desta Casa quando tomou posse. Destacou os pilares da democracia, bem como propôs uma discussão mais abrangente em favor dessa questão. Estamos propondo uma frente parlamentar em defesa do pacto federativo, para que, em âmbito nacional, possamos discutir, com mais propriedade e precisão, as ações que poderão auxiliar as decisões do governo federal.

Na justificação do requerimento, que tem a assinatura dos demais membros da Comissão de Constituição e Justiça, manifestamos a nossa preocupação de fazer uma reflexão nas Comissões de Constituição e Justiça, maiores balizadoras de todos os projetos e discussões constitucionais e na feitura de projetos e leis. Estamos pretendendo, muito em breve, uma convocação, para um encontro em Brasília, de todos os Presidentes de Comissões de Constituição e Justiça, com o objetivo de realizarmos um fórum de discussão que reflua para o pacto federativo e também, por que não dizer?, nas ações que pudemos ontem aqui anotar. Poderemos contribuir muito para a Comissão de que V. Exa. é Vice-Presidente, pois este é um momento importante, para, como disse V. Exa., associar-nos em cooperativismo. Temos de unir esforços, com o objetivo de obter melhor produção e melhores gestões.

É importante frisar que, com 54,5%, o Sul de Minas detém a maior produção de café do Estado de Minas Gerais. Aliás, os melhores cafés do mundo vêm da região sul-mineira, como muito bem ouvimos ontem no anúncio do prêmio que já foi ganho, por meio dos sindicatos de Carmo de Minas, Machado, Alfenas e de outras cidades que também são centros produtores de café.

Quero associar-me e dizer ao Deputado Antônio Carlos Arantes, da nossa região, sobre a nossa disposição de unir forças em momentos importantes, a fim de trazer uma reflexão a partir desta Casa. É chegado o momento de tratarmos a situação com objetividade. Temos de fazer gestões. Temos a certeza de que o nosso Governador, sensível como sempre foi, estará de portas abertas para receber nossas sugestões e levá-las a Brasília a fim de conseguir o que há de melhor e o que melhor poderá representar nosso trabalho, especificamente no que diz respeito à geração de empregos no Sul de Minas e em todo o Estado de Minas Gerais.

Deixo aqui registrada nossa satisfação com esse importante encontro, na certeza de que a Assembléia irá contribuir fortemente para isso. Quero apresentar minhas homenagens ao Carlos Henrique Moreira de Carvalho, ex-Presidente da CooperRita, de Santa Rita do Sapucaí, um dos idealizadores desse movimento. Ele deu o grito de alerta na sua cooperativa, que se estendeu a Carmo de Minas e assim por diante - aos sindicatos, às cooperativas, às câmaras municipais, aos Prefeitos e às comunidades -, buscando, enfim, o mais urgente possível, metas do governo federal, por meio de financiamentos, custeios e empréstimos junto ao Banco do Brasil. Vamos fazer isso ordenadamente por meio de todo o Parlamento mineiro. Essa não é uma frente do Sul de Minas, e representa o agronegócio do Estado de Minas Gerais, que tanto está comprometido com a geração de empregos.

O Governador Aécio Neves tem manifestado, reiteradas vezes, que Minas Gerais é e será o melhor Estado para se investir. Tenho a certeza de que, com essa tônica, o governo mineiro não faltará com sua participação, tendo em vista suas manifestações traduzidas ontem pelo Secretário Gilman, que aqui esteve conosco, representando S. Exa. o Governador, participando e demonstrando seu apelo junto ao governo federal.

Sr. Presidente, não poderia deixar também de registrar nossa alegria pelas notícias, das quais já tínhamos conhecimento e que veicularam hoje pela imprensa, da gestão do nosso Governador Aécio Neves. Temos notícias de todo o Brasil, e até do mundo, falando do índice de aprovação do nosso Governador Aécio Neves, com 71% de satisfação pelo povo mineiro e 81% pelo povo da nossa Capital. Isso traz a nós, mineiros e mineiras, e aos parlamentares, acima de tudo, muita satisfação e alegria. Honra-me, sobremaneira, pertencer ao partido do Governador, a sua base governista, e ter, com seus aliados e seus comandados, essa estrutura que o Governador já fez por merecer, não somente em nível nacional mas também em nível internacional, saindo de Minas para o mundo na sua peregrinação, em busca de empreendimentos. Ele esteve na Colômbia, nos Estados Unidos, vai para o Japão e para a China, a fim de enriquecer seus conhecimentos e fazendo com que Minas, a cada dia, possa ser o melhor Estado para se investir, pela sua qualidade de vida e sua governabilidade com transparência e ética.

É muito importante fazer essa reflexão em um momento em que o jornal "Folha de S. Paulo" demonstra, por linhas claras e objetivas, que nunca se teve um Governador da Federação com mais alto índice de aprovação de todos os mineiros, por sua transparência e seu estilo de fazer política com a sua equipe administrativa, seu Vice-Governador, nosso Prof. Anastasia, e todos que implementaram o choque de gestão com a lei delegada, aprimorando o Estado de forma efetiva, vigorosa, transformando-o em um lugar onde dá gosto de se viver.

Tenho participado, Sr. Presidente, de inúmeras atividades do Governador nas dependências do Palácio e fora dele e considero muito bom e gratificante olhar nos olhos dos Prefeitos, dos Vereadores e de toda a comunidade quando S. Exa. determina a execução de obras e a realização de empreendimentos para as regiões do Estado, quer relativamente ao Pró-Acesso, quer ao Fundomic, quer ao Fundomac.

Há poucos dias, no Mineirão, 224 Municípios foram incluídos na segunda remessa de entrega de maquinários. Já se está iniciando o processo do Fundomic, que consiste na instalação de celular nos 422 Municípios - segundo a meta, até o ano que vem, 2008, nenhuma cidade mineira ficará sem torre de celular. Na área da saúde, temos a liberação de recursos para o Pró-Hosp, por meio de nosso Secretário, Deputado Estadual Marcus Pestana. A nossa Secretária Vanessa Guimarães liberou, nesta semana mesmo, transporte escolar para os nossos filhos, principalmente os que necessitam. Na Cohab, o Presidente Teodoro Lamounier e o Secretário Dilzon Melo têm feito um trabalho voltado para o saneamento básico e para a entrega de moradias. Há trabalhos também na área da defesa social, dos esportes, da região do Jequitinhonha, enfim, todo o secretariado está unido em uma verdadeira constelação de valores, liderados pela estrela guia, pelo empenho do Governador. Prova maior disso está aqui: a vontade popular, demonstrada pela estatística que mensura a sua popularidade e a sua aceitação em razão da política de transparência e de retidão e a da vontade de governar com seriedade.

Quero fazer, portanto, esse registro do meu Governador, do nosso Governador, por causa das suas ações positivas. O próprio Estado de São Paulo, como outros federados, tem o prazer de vir buscar aqui a sabedoria de S. Exa. o Governador. Minas Gerais tem sido contemplada com a visita de muitos outros Governadores e Governadoras, que vêm conhecer o choque de gestão e os princípios tão vigorosos do nosso.

Temos certeza absoluta de que, da forma como o seu nome é respeitado em todo o Brasil, concorrerá ao Palácio do Planalto. Minas Gerais sempre esteve presente nas maiores decisões deste país com Juscelino Kubitschek, Tancredo Neves e muitos outros. Certamente o espaço de Minas estará reservado para esse grande mineiro, grande Governador, que hoje registra um dos maiores índices de popularidade por sua governabilidade e, principalmente, por seu espírito correto de bom administrador. Ele é respeitado por todos os Governadores e pelo próprio Presidente. Faço esse registro para demonstrar a nossa satisfação e o nosso orgulho. São essas as nossas considerações, Sr. Presidente, Deputado Padre João.

Finalizando, associo-me a V. Exa. na Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial e parabeno-o pelo pronunciamento derradeiro na tarde de ontem. Tenha certeza absoluta de que comoveu toda a platéia. De V. Exa. eu só esperava esse pronunciamento, pois tem um compromisso com Deus, com o povo e com a sua consciência. Tenho certeza de que, como é abençoado, sem dúvida alguma, será o grande interlocutor das maiores aspirações de toda a classe que aqui esteve. V. Exa. se manifestou e se colocou inteiramente à disposição de toda a classe produtora, pois é combativo e conhece os anseios de toda população que trabalha no agronegócio e na produção rural. Parabéns pelo pronunciamento na tarde de ontem.

O Sr. Presidente (Deputado Padre João) - Muito obrigado, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, pelas palavras a mim dirigidas. Esteja certo do nosso empenho, Deputado, apesar da fragilidade humana, do nosso interesse em fazer com que as ações e as palavras sejam identificadas, próximas e sem distanciamento. A pequena palavra "coerência" realmente nos desafia a cada instante. Esteja certo do nosso empenho expressando a nossa convicção religiosa e política. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 29/3/07, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

exonerando Reginaldo Fernandes Cangussu do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas.

Gabinete do Deputado Fábio Avelar

nomeando Carolina Kangussu Gonçalves para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Getúlio Neiva

exonerando Emílio Matos Costa do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 4 horas;

exonerando Lêda Gláucia Porto Neiva Ferreira do cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão AL-35, 8 horas;

exonerando Marina Abreu Santos do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 4 horas;

exonerando Rodrigo Rodrigues Tavares do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas;

nomeando Ana Raquel Moreira Maia para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Emílio Matos Costa para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29, 4 horas;

nomeando Hélia Batista Ferreira para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 4 horas;

nomeando Lêda Gláucia Porto Neiva Ferreira para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas;

nomeando Marina Abreu Santos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Rodrigo Rodrigues Tavares para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas.

Gabinete do Deputado Vanderlei Jangrossi

exonerando Erick Castro Terto Vilas Boas do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29, 8 horas;

nomeando Leonardo Castro Diniz Portela para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29, 8 horas.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: ABC Táxi Aéreo S.A. Objeto: manutenção preventiva e corretiva da aeronave Xingu. Objeto do aditamento: majoração do valor global em 25%. Vigência: a partir da sua assinatura. Dotação orçamentária: 3.3.90.39.